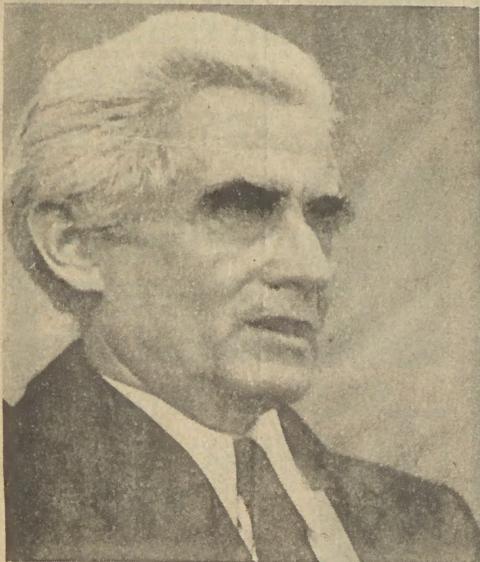


O PCP E A CRISE POLÍTICA



Na pág. 3, discurso do camarada Álvaro Cunhal no Porto

«Para o PCP a Constituição é a plataforma das plataformas»

Editorial

QUATRO PRESSUPOSTOS PARA UMA PLATAFORMA

Há exactamente duas semanas que o Governo PS, derrotado na Assembleia da República, se encontra demissionário.

Em tão curto espaço de tempo, sempre longo em termos de solução de uma grave crise política, algumas conclusões importa desde já tirar.

Uma, é a de que a solidez das nossas jovens instituições democráticas, submetidas agora a uma rude prova em circunstâncias particularmente difíceis, ficou demonstrada.

Outra, é a de que a maturidade política das forças autenticamente democráticas e do povo português em geral, submetidos por um lado às pressões e profecias funéreas de uma direita reaccionária e por outro aos desesperos suicidas de aventureiros pseudo-revolucionários lhe tem permitido empenhar-se com serenidade e firmeza na busca de uma alternativa democrática para a situação actual.

Outra ainda, é a possibilidade mesma dessa alternativa democrática, assente na unidade fundamental de comunistas e socialistas, como fulcro de uma unidade muito mais vasta e actuante de todas as forças democráticas e patrióticas portuguesas que, de maneira resoluta, dizem não ao passado e ao fascismo, não à miséria e ao atraso económico, não à venda do país e ao domínio do imperialismo.

☆☆☆

A evolução da crise política e das negociações para a solucionar mostra cada vez com maior clareza que o voto do PCP contra a moção de confiança no governo do PS, além de ter sido a única posição correcta do ponto de vista dos princípios, foi também a única justa no seu sentido mais geral.

(Continua na pág. 2)



Pág. 5

A presente situação política e o interesse pelas posições defendidas pelo PCP estiveram na origem da enorme multidão que afluíu ao Palácio de Cristal

Vinte mil pessoas participaram no comício do Palácio de Cristal



ULTRAPASSAMOS AS 20 000 ADESÕES!

Promoção «Conquistas de Abril»: duplicamos já o objectivo previsto

Pág. 12

A bomba de neutrões só destrói seres vivos?



Só seres vivos.

Pág. 10

Na Assembleia da República

Derrotada a proposta de voto obrigatório

Pág. 2



DEPOIMENTO SOBRE A UNIDADE NOS CAMPOS DO ALENTEJO

Pág. 8

FIM À COLONIA JÁ!



QUANDO O CASEIRO SE LEVANTA O SENHORIO CAI

EM FRENTE COM O PROJECTO DOS CASEIROS

Entrevista com o camarada José Magro, do Comité Central, sobre a situação nos arquipélagos onde se fortalece a unidade contra as manobras e ameaças das forças reaccionárias dia a dia mais isoladas das massas trabalhadoras.

Pág. 6

Editorial

(Continuação da pág. 1)

Dada a intransigência dos governantes socialistas e a força dos seus compromissos anteriores com os partidos da direita parlamentar, seus aliados de facto na política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, a votação contra do PCP foi a única justa para a defesa e dignificação das instituições democráticas e para a colocação numa base mais firme e promissora para o futuro de um necessário acordo entre socialistas e comunistas e entre todos os democratas e patriotas interessados na salvaguarda da democracia, das conquistas fundamentais de Abril e da independência nacional.

O PCP sempre discordou daqueles — principalmente dirigentes destacados do PS — que punham para a perigosa situação criada por 16 meses de governo PS sozinho uma falsa alternativa de governo e de política.

As «fatídicas» declarações e insinuações de alguns dirigentes socialistas de que a alternativa para o seu governo minoritário e a sua política, no caso de derrota parlamentar, era uma ditadura abertamente de direita e a supressão da Constituição e das liberdades democráticas, o PCP sempre opôs que havia outra alternativa política e de governo na base da Constituição e do respeito pelas instituições democráticas.

O PCP combateria firmemente qualquer fórmula de direita para a solução da crise actual.

Qualquer governo apoiado numa coligação do PS com os partidos da direita ou composto exclusivamente pelo PPD e o CDS com o apoio do PS constituiria não uma solução nacional e patriótica para a crise económica mas o seu agravamento, não a garantia da independência nacional mas uma maior dependência em relação ao imperialismo e ao capital estrangeiro, não a necessária estabilização política e social mas a profunda e incontrolável desestabilização do processo democrático.

Qualquer fórmula de direita seria inviável na actual correlação de forças políticas e sociais, que é favorável à defesa e consolidação da nossa jovem democracia, a menos que lhe fosse dado o apoio tácito ou aberto do PS.

Os trabalhadores portugueses, todos os democratas e antifascistas confiam que o PS não pratique este absurdo monumental que de maneira irremediável o comprometeria política e historicamente aos olhos da vasta população trabalhadora da cidade e do campo.

☆☆☆

Ao combater uma solução de direita para a actual crise de poder o PCP não exclui a utilidade de contactos com forças políticas com representatividade nas instituições democráticas do País.

Divergências profundas separam as forças políticas e sociais representativas dos trabalhadores e de todas as camadas pobres e médias da população daquelas que representam o alto patronato explorador. Com tais forças é impossível qualquer plataforma política.

Há interesses absolutamente inconciliáveis, e quando o PCP coloca como pressuposto de qualquer plataforma o respeito pelas actuais formações económicas daqui decorrem estritas consequências políticas que não podem confundir-se com qualquer conciliação de classe entre explorados e exploradores.

Não é a quadratura do círculo que o PCP propõe como discussão de uma plataforma política, mas sim uma base realista de negociação para um entendimento entre as forças políticas e sociais portuguesas mais amplas na hora actual.

Só não o compreendem assim os demagogos pseudo-revolucionários acobertados sob as capas mais diversas.

As fórmulas de «governo 25 de Abril do povo» e de «governo PS/PCP» não passam de fraseologia radicalista pequeno-burguesa de conteúdo revisionista, e anticomunista, favorável no momento actual aos intentos da reacção e do fascismo.

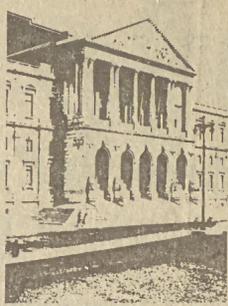
No momento em que a ofensiva das classes exploradoras e o agravamento geral das condições de vida dos trabalhadores põem na ordem do dia a unidade das amplas massas populares nas fábricas, nos campos, nos escritórios, no movimento sindical, no movimento popular de base, nos órgãos de poder local, em toda a parte onde vivem e lutam os trabalhadores; no momento em que na perspectiva de novas eleições se impõe reforçar as posições do movimento operário e democrático, o verbalismo e o aventurismo esquerdistas são um importante apoio da ofensiva das forças reacçãoárias contra a democracia e a Revolução.

☆☆☆

O PCP continua aberto à discussão de uma plataforma de política e de governo que abra o caminho à solução da crise actual. No seu discurso do Porto, no domingo último, Álvaro Cunhal definiu os quatro pressupostos para uma plataforma democrática:

- 1.º Respeito pela Constituição; a Constituição é a plataforma das plataformas;
- 2.º Respeito pelas instituições democráticas e pelo funcionamento normal dos órgãos de soberania;
- 3.º Respeito pelas liberdades — a arma da lei é para a defesa das liberdades e não para as pôr em causa;
- 4.º Respeito pelas formações económicas existentes.

Um largo consenso se estabeleceu já à volta destes pressupostos. Aprofundá-lo, torná-lo uma base concreta para as negociações e o diálogo democrático, é uma exigência histórica da hora actual.



Os Comunistas na Assembleia da República

Deputados do PS e do PCP rejeitam voto obrigatório

O voto obrigatório — espécie de «prenda» com que o PPD/PSD, em aliança com o CDS, pretendia mimosear a quadra natalícia do povo português — não passou na Assembleia da República.

Apresentado nos últimos segundos da contagem decrescente da crise que veio a determinar a queda do Governo de Mário Soares, o projecto de lei do PPD que pretendia instituir o voto obrigatório (com multas para os que não cumprissem este dever cívico) foi discutido e votado na sessão plenária da Assembleia da República da passada terça-feira e, mediante os votos conjuntos dos deputados socialistas e comunistas, foi rejeitado por maioria.

Verdade se diga que os deputados do PPD que intervieram no debate se viram em palpos de aranha para justificar esta sua iniciativa legislativa, ou melhor, viram-se em palpos de aranha para esconder a verdadeira razão desta sua iniciativa: o medo que têm do voto do povo português, assumido livre e conscientemente, não vir a corresponder aos seus sonhos de ocupação das cadeiras do poder.

A intervenção no debate do deputado comunista Jorge Leite desmontou a pretensão do PPD e do CDS, apontando duas ordens de razões: a obrigatoriedade do voto não só não tem qualquer base constitucional como é anticonstitucional e a obrigatoriedade jurídica do voto é politicamente insustentável.

Desenvolvendo os pontos de vista do grupo parlamentar comunista sobre a matéria em debate, diria Jorge Leite:

Somos, manifestamente, contra a abstenção e somos, inequivocamente, pela mais ampla participação dos cidadãos neste acto de irrecusável significado e importância política.

Só que, das duas formas de ser contra a abstenção, acolhemos entusiasticamente uma — a da mobilização política — e combatemos firmemente outra — a da repressão, a do obscurantismo, perfilhada pelos partidos da direita.

Mais adiante, e justificando a conclusão de que o projecto de lei do PPD não só não tinha qualquer base constitucional como era mesmo anticonstitucional, acentuou Jorge Leite:

De facto, transformar o voto, por via de lei, numa obrigação do cidadão face ao Estado é criar uma obrigação pública que a Constituição não só não prevê como afasta.

A concepção do exercício do voto como desempenho de uma função pública — salientou, noutro passo, o deputado comunista — tal como a apresenta o PPD/PSD, é uma clara manifestação de uma perspectiva estatizadora e totalitária da sociedade civil.

O deputado do PCP acrescentou ainda, relativamente a este ponto: Finalmente, a obrigação de votar não existe sequer para aqueles que foram eleitos precisamente para deliberar e votar, nomeadamente para os deputados na Assembleia da República. Por isso mesmo, pôde o dr. Sá Carneiro abster-se de votar, não comparecendo nesta Assembleia, quando foi aprovada com os votos do PS e do PPD a Lei Barreto, tal como, por exemplo, o senhor deputado Acácio Barreiros se pôde abster de discutir e votar os projectos de lei sobre a proibição das organizações que perfilhem Ideologia fascista.

As eventuais sanções das ausências ou das abstenções não são jurídicas, mas puramente políticas ou cívicas.

Nenhum deputado responde, nestes casos, perante os tribunais mas perante os cidadãos eleitores.

O verniz estala

Salientando as razões por que o desejo do PPD se tornar o voto obrigatório era politicamente insustentável, Jorge Leite afirmou: O voto é, para nós, comunistas, a expressão de uma opção política, feita a partir do esclarecimento e da mobilização política em que se devem empenhar todos os cidadãos em geral, e as forças políticas e partidárias, em especial. O seu exercício não pode ser assumido nem como uma violência nem como um acto gratuito mas antes como uma manifestação consciente e responsável dos cidadãos na vida política.

Quem propõe o voto obrigatório — prosseguiu Jorge Leite — são aqueles que simultaneamente manifestam o seu desamor à mobilização política, à intervenção e organização na vida pública;

São aqueles que vêm na democracia apenas a expressão eleitoral desintegrando-a de qualquer processo mais amplo de intervenção e participação dos cidadãos;

São aqueles cujos partidos se limitam a ser máquinas de angariação de votos, aqueles para quem o caciquismo é muito e o esclarecimento quase nada;

AR condena violência fascista nas escolas

A Assembleia da República aprovou um voto de protesto apresentado pelo PS em que se condena a impunidade com que estudantes democratas têm sido agredidos por elementos fascistas muitas vezes aheios aos estabelecimentos de ensino onde tais agressões se têm vinda a manifestar.

Surgiram para discussão no plenário dois votos de protesto: o que acabou por ser aprovado por unanimidade e um outro, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, e que veio a ser retirado por as conclusões coincidirem com as do voto apresentado pelos deputados socialistas.

Entretanto, a discussão dos dois votos revelou claramente quem condenava a violência fascista nas escolas e (PS e PCP) quem a pretendia encobrir através de requintadas justificações (CDS e PPD).

O CDS, com um empenho muito particular, lá procurou demonstrar que os seus aderentes na camada juvenil eram aheios à onda de violência fascista nas escolas. Procurou, mas não o conseguiu, porque vários exemplos concretos do contrário foram dados ao plenário por deputados do PS e do PCP.

O voto aprovado protesta ainda contra a falta de um clima de diálogo e tolerância democrática nalguns desses estabelecimentos de ensino, condição indispensável ao desenvolvimento da capacidade criadora da juventude portuguesa e contra o facto de nunca se ter feito um rigoroso inquérito às actividades fascistas em curso nessas escolas.

São aqueles, enfim, que opondo-se à mobilização e ao esclarecimento dos cidadãos no sentido de salientarem o exercício do voto como forma de intervenção útil na vida política vêm depois exigir essa participação com a ameaça de sanções.

Definindo esta acção como sendo, não democracia mas caricatura de democracia, o deputado Jorge Leite adiantou: Aliás, ao fazer apelo a medidas administrativas, autoritárias e repressivas, o PPD/PSD (e também o CDS) manifestam de forma clara a sua desconfiança na democracia. Mais do que isso: este projecto é a prova da sua desconfiança no seu próprio eleitorado; e não apenas uma prova de desconfiança como também uma afronta aos cidadãos eleitores em geral e aos seus próprios eleitores em particular. O PPD e o CDS não acreditam afinal na maioridade política do povo português.

Quando a desconfiança e o medo da democracia — disse noutro passo da sua intervenção, Jorge Leite — entendida como participação consciente dos cidadãos na actividade política, se instala nos partidos da direita, estala-lhes o verniz democrático e revelam o seu sentido obscurantista e reacçãoário.

Depois de ter recordado recentes declarações de dirigentes dos partidos da direita enaltecendo as virtudes da democracia, o deputado do PCP resumiria mais adiante a posição do PPD face a estas questões da democracia:

Para este partido educar é reprimir, acção pedagógica é sinónimo de cominação de sanções. Para os proponentes deste projecto de lei, educar não é convencer, educar não é esclarecer, educar cívicamente não é mobilizar para participar conscientemente; educar é impor, educar é obrigar, educar é reprimir.

Deputados do PCP rejeitaram o Ensino Superior Curto

O decreto-lei que criou o ensino superior de curta duração foi ratificado na Assembleia da República mediante os votos favoráveis do PS e do CDS e a abstenção do PPD — curiosamente o partido que requereu a sujeição a ratificação!

Os deputados comunistas votaram contra a ratificação deste decreto, mantendo-se coerentes com as posições de dura crítica que expenderam durante o debate.

Jorge Lemos, Zita Seabra e Manuel Gusmão foram os deputados do PCP aos quais coube definir a posição clara do Grupo Parlamentar comunista. As suas intervenções mostraram bem como o grau de ensino institucionalizado não passa de uma segunda via a nível de pós-secundário, ou seja, uma universidade para os pobres enquanto a tradicional continua a ser uma universidade para os ricos.

Com o decreto ratificado reforça-se assim, e conforme foi denunciado pelos deputados comunistas nas suas intervenções no debate, o carácter classista da universidade herdada do regime fascista.

Os deputados do PCP criticaram ainda duramente o Governo por ter criado o ensino superior de curta duração sem sequer tem consultado nem especialistas, nem técnicos, nem os professores, alunos e direcções sindicais directamente interessadas.

O drama das férias dos emigrantes

O deputado comunista Custódio Gingão usou da palavra na passada semana na Assembleia da República para dar a conhecer ao plenário as dificuldades de milhares de emigrantes que vêm a Portugal nesta altura.

Nesta quadra afirmou o deputado do PCP — são milhares e milhares de emigrantes que se preparam para passar umas curtas férias em Portugal. Mas para estes trabalhadores, que durante largos meses já foram sujeitos a duros sacrifícios, esta viagem, tão desejada, representa afinal mais um sacrifício.

Concretizando, salientou Custódio Gingão: Sucede que quando o emigrante vem de férias, corre o risco de passar no caminho quase metade dos poucos dias que tem para gozar. Para muitos emigrantes — prosseguiu — viajar significa passar dois e três dias de combolo, quantas vezes sem um lugar para se sentar, com combolos superlotados, dando por vezes origem a acidentes, conflitos e mal-entendidos, tudo isto porque os combolos não têm o mínimo de condições necessárias para tão longas viagens.

Quantas mães, como eu próprio vi, têm que fazer estas viagens com os filhos nos braços, muitas vezes sem água para os lavar e dando-lhes refeições que não são as mais próprias!

A água para beber e os alimentos para as refeições têm que ser metidos nas bagagens, perdendo por isso muitas qualidades, quando não mesmo chegam ao estado de impróprios para a alimentação.

Quantas vezes a água se esgota, quantas vezes adultos e crianças fazem viagens doentes e sem um médico e sem condições mínimas de higiene. Enfim — concluiu o deputado comunista — um drama que os emigrantes defrontam e para cuja resolução há muito reclamam medidas! E o facto é que, pelas informações que colhemos, essas condições pouco têm melhorado, muito embora promessas não tenham faltado.

O deputado do PCP abordou ainda o problema do transporte das bagagens — que chegam com vários dias de atraso a Portugal e que são remetidas para longe do local destinado — e para a questão da assistência e apoio aos emigrantes nas fronteiras.

A finalizar a sua intervenção, acentuou o deputado comunista: Impõe-se que sejam tomadas as medidas necessárias para que não se repitam as dramáticas situações que aqui referi.

Só adoptando essas medidas o Estado português dará cumprimento às suas obrigações para com os trabalhadores emigrantes. Só assim demonstrará que considera e respeita a sua condição, que não os vê em função das suas remessas, mas que os considera como trabalhadores portugueses obrigados a sair do país para ganhar o seu pão. Só assim se poderá mostrar-lhes que a democracia portuguesa tem — também para os trabalhadores emigrantes — um significado concreto.

Sobre a Reforma Agrária e problemas da agricultura

PUB.



O PCP E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Textos desde 1943 até aos nossos dias. A voz do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores.
Código n.º 0307 • Preço 40\$00.



LÉNINE E OS CAMPONESES

Lénine forneceu a base sobre a qual se pôde efectuar a transformação socialista da agricultura e assegurar a elevação do nível material e espiritual da população rural.
Código n.º 2116 • Preço 90\$00



A AGRICULTURA NOS PAÍSES SOCIALISTAS DA EUROPA

A produção agrícola dos países socialistas aumenta mais rapidamente que a dos países desenvolvidos da América ou Europa. Como? Porquê?
Código n.º 0603 • Preço 90\$00



LÉNINE E A QUESTÃO AGRÁRIA

Uma colectânea onde se apresentam de forma sistematizada as ideias de Lénine sobre a questão agrária.
Código n.º 1201 • Preço 60\$00



CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Esta obra revela as leis do desenvolvimento capitalista na sociedade rural portuguesa. O rigor da análise alicerça a tomada de posição de classe face ao carácter contraditório do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.
Código(s) n.º(s) 0601,0602 • Preço 120\$00



O LIVRO NEGRO DO MAP

45 casos de reservas ilegais e arbitrárias. A violência dos senhores ricos. Quem os mete na ordem? Crédito como arma de pressão. Quem paga as dívidas? A quem serve o crédito para o fomento pecuário?
Código n.º 0117 • Preço 30\$00



EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Entre 18 e 22 Julho de 1977 travou-se na Assembleia da República o debate talvez mais importante de quantos nela tiveram lugar desde a sua constituição: o debate sobre a proposta de lei do Governo contra a Reforma Agrária. As intervenções agora publicadas reproduzem os momentos mais importantes da participação dos deputados do Partido Comunista Português no debate.
Código n.º 99.15 • Preço 40\$00

edições Avante!

CDL a distribuição

edições Avante!

colecção «conferência económica»

A colecção «conferência económica», publica estudos que apontam a solução para os graves problemas da economia nacional.

VOLUMES PUBLICADOS

1. AS EMPRESAS INTERVENIONADAS 25\$00
2. INDÚSTRIA EXTRACTIVA, SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO 40\$00
3. BALANÇA DE PAGAMENTOS E DíVIDA EXTERNA 40\$00

E AGORA À VENDA

BALANÇA DE PAGAMENTOS E DíVIDA EXTERNA

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade Partido Comunista Português

Av. António Sérgio, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 769896/7

Administração Editorial Avante, SARL

Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 769744/769751

Direcção e Redacção

Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel.: 769725/769722

Distribuição

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL

Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel.: 769705

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa 2, Tel.: 372238

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — Porto, Tel.: 28938

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel.: 310441

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel.: 28394

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24564

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal, Tel.: 29493

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel.: 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel.: 24417

Assinaturas

CDL, Departamento de Venda Directa

Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1, tel.: 763701

Publicidade

Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1, Tel.: 41787

Composto e Impresso na Heask Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Novembro: 83 977

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

As posições do Partido Comunista Português face ao Governo minoritário do PS foram de completa clareza e de firme defesa dos trabalhadores e da democracia. Na nova e complexa fase aberta pela demissão do Governo, o PCP, grande partido nacional, afirma-se de novo como elemento essencial para a saída da crise no quadro da democracia e da defesa da Constituição. A disposição afirmada e respeitada de entabular negociações com vista a uma solução patriótica da crise é acompanhada pelas firmes posições de classe, pela defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e da democracia. Estas são as posições que perante o povo português e nas negociações são defendidas pelos comunistas.

Que plataforma defende o PCP

1. Respeito pela Constituição

O primeiro pressuposto duma plataforma democrática é o respeito pela Constituição

Um governo pode adoptar políticas muito diversas. Mas uma exigência é essencial à partida: que a política do governo respeite a Constituição.

Uma das direcções constantes da acção reaccionária e fascista é a luta contra a Constituição e a luta contra a Constituição é a luta contra o próprio regime.

Pode hoje dizer-se: se queres distinguir um democrata dum reaccionário, pergunta-lhe qual a sua atitude em relação à Constituição. Se defende a Constituição e está disposto a respeitá-la é um democrata. Se ataca a Constituição pode ter-se a certeza de que é um reaccionário.

Como podem aceitar-se as pretensões do CDS a participar numa plataforma e num governo se votou contra a Constituição e desde então se tem sempre pronunciado contra ela?

E quanto ao PPD? Não é verdade que Sá Carneiro, ainda não há muito, exigia a revisão da Constituição mais

de três anos antes de ser legalmente possível? E não é verdade que, para já, punha como condições para assinar uma plataforma que as medidas nela contidas contivessem as grandes linhas da futura revisão constitucional?

E as conclusões do PPD na tão falada reunião do Conselho Nacional em Bragança, o que são senão um desafio à Constituição?

Depois do desaire da sua desejada operação desestabilizadora, Sá Carneiro recompôs momentaneamente as hostes do partido e foi passar férias para fazer esquecer as suas golpachas e para permitir ao PPD, na conjuntura actual, pintar a fachada com cores menos agressivas.

Mas seria de desejar ouvir a direcção do PPD em exercício rectificar explicitamente as posições de Sá Carneiro e afirmar que respeitará integralmente a Constituição.

Devemos ter bem presentes que quando hoje o PPD e o CDS falam em "plataforma", pretendem uma "plataforma" que ponha em causa directamente as conquistas do Povo português, o regime democrático, a Constituição.

O propósito é claro: tal como quiseram e querem liquidar a Reforma Agrária consagrada na Constituição aprovando e aplicando a lei regulamentadora chamada lei Barreto; tal como querem abrir caminho à liquidação das nacionalizações, declaradas irreversíveis pela Constituição, através da aplicação abusiva da lei de delimitação dos sectores público e privado e de uma nova lei ainda pior de que já falou; tal como quiseram liquidar o controlo de gestão consagrado na Constituição através duma lei regulamentadora, que felizmente acabou por ser declarada inconstitucional; — assim também pretendem agora destruir a própria Constituição, regulamentando-a através duma plataforma antidemocrática que defina a acção dum governo reaccionário.

O PCP foi o primeiro a falar em plataforma e a propor um governo de plataforma. Declarámo-nos e declaramo-nos dispostos a negociar. Fazemos propostas concretas nesse sentido.

Mas, para o PCP, como já temos declarado, a Constituição é a plataforma das plataformas. Só subscreveremos uma plataforma desde que respeite rigorosamente a Constituição.

2. Respeito pelas instituições

O segundo pressuposto duma plataforma democrática é o respeito pelas instituições, pelo funcionamento normal e constitucional dos órgãos de soberania.

É a questão da vida democrática e da ordem democrática.

Não tendo conseguido até hoje, no quadro das instituições, alcançar o seu objectivo de liquidar as conquistas da revolução, as forças reaccionárias contestam com intensidade crescente o próprio regime democrático.

Não é só a contestação global da Constituição que o chefe de um partido acusa de ser "um aborto", quando aqui para nós que ninguém nos ouve, talvez que verdadeiro aborto seja esse mesmo partido, pois se afirma monárquico mas não tem rei.

É o denegimento do sistema. É a campanha orquestrada de que "agora está pior que dantes". É a campanha dos pasquins fascistas, do MIRN e outros sectores reaccionários contra os partidos acusados de todos os males, para justificar uma alternativa ditatorial de partido único. É a dramatização da situação geral acompanhada de provocações e da sugestão da declaração do estado de emergência. E são as tentativas de descrédito dos órgãos de soberania designadamente do Conselho da Revolução e do próprio Presidente da

República, com vistas a provocar a desestabilização militar e política.

Ainda há poucas semanas, ao afiar a espada para o que julgava ser o assalto final, Sá Carneiro atacava o Presidente e, nas manifestações fascistas aqui no Porto, as gentes do PPD e do CDS, que durante tanto tempo invocaram a sua participação naquilo que chamavam "a maioria presidencial", empunhavam cartazes ofensivos para o mais elevado órgão de soberania da República Portuguesa e assobiavam o seu nome.

É um dado da situação em relação ao qual se deve estar vigilante: ao mesmo tempo que procura aproveitar a crise para forçar a sua entrada no Governo com uma plataforma reaccionária, a reacção intensifica a conspiração e multiplica as actividades desestabilizadoras, incluindo nas Forças Armadas.

Ainda há três dias, o jornal "O Dia" protestava contra o facto de altos cargos, serem desempenhados por oficiais graduados, ao mesmo tempo que reclamava o regresso dos generais fascistas saneados após o 25 de Abril.

E afirma que ninguém compreende por que se atribuem a oficiais graduados tão altas responsabilidades.

Ora eu creio, camaradas, podemos afirmar que o Povo português compreende e compreenderá perfeitissimamente essas situações e não só as compreende como as aprova.

O Povo português não esquece e jamais esquecerá que, se hoje vive em democracia, se hoje pode falar livremente, se pode organizar-se e reunir-se livremente, se pode ter a sua opinião e defendê-la, sem pides, sem

Caxias, sem Peniche, sem Tarrafais, isso deve-se não certamente àqueles generais que foram saneados logo após o 25 de Abril e que só não defenderam a ferro e fogo o governo fascista porque não lhes deram tempo, mas àqueles que, nas Forças Armadas, tiveram a coragem, o talento e a determinação para se levantarem de armas na mão contra a ditadura maldita e derrubaram o governo fascista, ou seja, aos heróicos capitães do MFA.

O sistema do poder político no actual regime reflecte naturalmente o próprio processo da revolução portuguesa. O factor militar está presente e reconhecido na Constituição e no regime ao nível dos órgãos do poder, em virtude do papel de primeiro plano que os militares representaram no derrubamento da ditadura e na democratização da vida nacional e no papel que continuam a desempenhar na sua defesa, consolidação e prosseguimento.

O PCP reafirma a sua opinião de que são as forças reaccionárias e não as forças democráticas e o Povo português que estão interessadas na contestação do sistema de poder e na desestabilização militar. A democracia portuguesa está profundamente interessada na estabilidade e na unidade das Forças Armadas, para a defesa do regime democrático e da independência nacional.

(...) Uma plataforma democrática deve partir do respeito das instituições, de todos os órgãos de soberania e não apenas de alguns, da interdependência e equilíbrio das suas funções.

3. Garantia das liberdades e direitos dos cidadãos

O terceiro pressuposto de uma plataforma democrática é a garantia das liberdades e direitos dos cidadãos.

Como muitas vezes o nosso Partido advertiu, uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, pela oposição e resistência popular que inevitavelmente provoca, seria logicamente acompanhada de medidas restritivas das liberdades e do recurso crescente a medidas administrativas e repressivas.

Isso vinha já a verificar-se com o Governo PS.

Todos nós vemos como cada entrega de terras tiradas às UCPS e Cooperativas é executada com o emprego de centenas de soldados armados, com armas automáticas e blindados, por vezes com cargas de cavalaria e espancamentos de homens mulheres e crianças indefesas.

Todos nós vimos como as autoridades não puderam suportar sequer que se dissesse "abaixo à lei Barreto" e a fúria com que mandavam pela calada da noite arrancar faixas, dísticos e cartazes.

Todos nós vimos aqui no Porto, à semelhança do que ocorreu em Lisboa, Figueira da Foz e noutros lados, como as autoridades procuravam abafar a voz da oposição democrática, invocando uma portaria do tempo da Maria

Cachucha, da Maria Cachucha fascista, para impedir pinchagens e afixação de cartazes, para fazer prender e em alguns casos agredir democratas no exercício dos seus direitos constitucionais, ao mesmo tempo que se dava luz verde para o MIRN e outras organizações fascistas fazerem livremente a sua propaganda.

Todos nós vimos e vemos como os meios de comunicação social estatizados foram monopolizados, partidários, partilhados com a reacção.

O que se conclui daqui, camaradas?

Conclui-se que uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, porque visa alterar violentamente a própria realidade nacional, porque fer os justos e legítimos interesses da maioria esmagadora da população portuguesa, porque atinge os interesses nacionais, só pode ser aplicada pondo em causa as próprias liberdades e o próprio regime.

Uma política que para aplicar-se é acompanhada por restrições das liberdades e medidas repressivas, é uma política errada, é uma política antidemocrática, é uma política contrária aos interesses, às aspirações, à vontade do Povo português, é uma política que embora queira passar, não passará.

Uma plataforma relativa aos problemas económicos e financeiros é inseparável duma orientação relativa às liberdades e direitos dos cidadãos.

Uma plataforma estabelecida na base do programa de restauração de poder do grande capital e dos grandes agrários tal como o defendem o PPD e o CDS seria a acompanhada (na previsão da resistência popular) de leis e medidas restritivas das liberdades e representaria por isso graves perigos imediatos e para as próprias liberdades.

Uma plataforma democrática estabelecida na base da consolidação das conquistas da Revolução será em si mesma a garantia das liberdades.

O Povo português pode estar absolutamente seguro de que o PCP lutará firmemente contra quaisquer tentativas de liquidar as liberdades através da sua consagração numa plataforma e da sua regulamentação legislativa, seja nova regulamentação do direito de organização sindical, sejam novas regulamentações do direito de organização dos trabalhadores, do controlo de gestão e do direito à greve, sejam novas regulamentações antidemocráticas de quaisquer outras liberdades e direitos.

A arma da lei deve ser usada, não contra as liberdades, mas para defendê-las.

Se há restrições a fazer, não é às liberdades e direitos mas ao seu uso abusivo pelos fascistas para atingir e destruir as próprias liberdades.

É tempo de tomar medidas para pôr termo às organizações e actividades fascistas que a Constituição proíbe, às redes bombistas e seus protectores, às campanhas abjectas de certa imprensa que nem este nome merece, às arruaças dos grupos de choque neonazis que se pavoneiam com cruzes gamadas e braço estendido e levam o culto da brutalidade às escolas (ao Garcia da Orta e a outros liceus) onde se impõe assegurar um ambiente de tranquilidade, aplicação e camaradagem.

A situação presente exige um grande esforço de todo o Povo português para sair da crise, para vencer as dificuldades económicas e financeiras. Isso só será possível defendendo as liberdades e respeitando e garantindo em todo o território nacional as liberdades democráticas, de que o Povo português esteve privado durante quase meio século, que representam um bem precioso e insubstituível que o Povo português está firmemente disposto a defender e que estamos certos defenderá.

4. Manutenção dos limites das formações económicas

O quarto pressuposto duma plataforma democrática é a manutenção dos limites das diversas formações económicas e o apoio à dinâmica de cada uma delas.

Estas palavras podem parecer complicadas. Mas a realidade e a ideia que traduzem é muito simples.

O que significam então? Significam, em resumo, que deve ser impedido que os capitalistas e os grandes agrários tomem de novo conta dos bancos, das terras, das empresas, dos sectores que a Revolução de Abril arrancou à sua exploração e que devem ser asseguradas a defesa e as condições de trabalho regular dos sectores não-capitalistas que se criaram na economia portuguesa.

Sobre esta matéria desejo abordar cinco pontos.

Primeiro ponto: os grupos monopolistas

Os grupos monopolistas que protegidos pelo terror fascista, haviam explorado o Povo português durante meio século para constituírem fortunas de milhões e milhões de contos, os Melos, os Champalimauds, os Espírito Santo, os Quinas, os Cupertinoos, os Vinhas, os Brandões Mirandas, os Feteiras, os Figueiredos, os Britos, os Pintos de Magalhães, os Condes de Caria, todos esse clãs de multimilionários que foram os verdadeiros senhores e reis de Portugal em meio século de fascismo, foram apeados do poder, foram expropriados e bem expropriados.

Foi bom, justo e necessário que assim fosse e Portugal

festejou como uma grande vitória a sua libertação desses gigantescos polvos que sugavam o suor, o sangue e a vida de todo o povo trabalhador.

Não fazem cá falta nenhuma e bom é que não voltem mais.

A banca, os seguros, os petróleos e a petroquímica, a siderurgia, a electricidade, as grandes companhias de transportes ferroviários, aéreos, marítimos e rodoviários, as pirites, os cimentos, o vidro plano, a celulose, os tabacos, as cervejas, todos estes sectores básicos foram nacionalizados.

Se o não tivessem sido, a democracia portuguesa teria há muito sido estrangulada e os detentores do poder económico teriam há muito reconquistado o poder político e instaurado uma nova ditadura.

A Constituição declara irreversíveis as nacionalizações e o PCP luta e lutará firmemente para que sejam de facto irreversíveis.

Segundo ponto: Reforma Agrária

Com a Revolução, numa grande parte dos latifúndios alentejanos e ribatejanos a terra passou para as mãos dos trabalhadores e dos pequenos e dos médios agricultores, formaram-se Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas, desbravaram-se terras antes abandonadas, criaram-se postos de trabalho para milhares de desempregados, diversificaram-se as culturas, produziu-se mais, criou-se mais gado, compraram-se máquinas, motores de rega e alfaias, construíram-se pequenas barragens e, pela primeira vez na história do nosso país em mais de um milhão de

hectares de terra, se produziu para o povo e para a pátria, sem a exploração secular de capitalistas e latifundiários.

A Constituição consagra esta grande e histórica conquista da Revolução portuguesa, esta extraordinária e bellissima realização de trabalhadores e pequenos e médios agricultores e o PCP luta e lutará firmemente para que seja de facto irreversível.

Camaradas: Como se sabe, o governo foi demitido. Como se sabe, constitucionalmente as suas funções são neste momento limitadas. Como se sabe, estão a decorrer negociações entre o PS e o PCP à procura de um entendimento e de uma plataforma.

Como explicar que neste preciso momento, o MAP toma a gravíssima decisão de arrancar 14 mil hectares às UCPS e Cooperativas para restaurar os latifúndios da Fundação da Casa de Bragança? É vontade de sabotar as negociações? É provocação do Governo ou do Barreto?

Aqui lançamos publicamente o nosso protesto e aqui prometemos aos trabalhadores que lutaremos até que essa medida arbitrária seja anulada, até que esteja assegurado que as terras da Casa de Bragança continuam na posse das UCPS e Cooperativas às quais legitimamente pertencem depois da expropriação que teve lugar.

Terceiro ponto: as intervenções

Com a Revolução, numerosas empresas foram sabotadas, descapitalizadas pelo patronato reaccionário, que anulou encomendas, reduziu stocks, retirou fraudulentamente fundos, e em muitos casos abandonou

as actividades ou conduziu as empresas à falência técnica e a beira do encerramento.

Em centenas de casos, com intervenção do Estado ou sem ela, os trabalhadores tomaram conta dos destinos das empresas, controlaram e geriram as suas actividades, conseguiram manter as empresas em laboração, conseguiram em muitos casos aumentar as encomendas e alargar mercados, conseguiram pagar ou diminuir dívidas deixadas pelos patrões, conseguiram melhorar a situação financeira das empresas.

Constituindo cooperativas, organizando sistemas diversos de autogestão, os trabalhadores demonstraram a sua capacidade para resolver os mais complexos problemas, demonstraram na realidade, na vida, que as fábricas e empresas podem marchar e até marchar melhor sem a exploração capitalista.

O PCP luta e lutará para que nessas empresas sejam encontradas as soluções conformes com os interesses dos trabalhadores e os interesses da economia nacional.

Quarto ponto: as pequenas e médias empresas

Falando dos diversos sectores da economia portuguesa, segundo as formas da propriedade e da posse dos meios de produção, devemos dizer algumas palavras sobre as pequenas e médias empresas agrícolas, industriais e comerciais.

Os partidos reaccionários procuram uma grande parte da sua base social de apoio, particularmente a sua base eleitoral, nestas classes e camadas intermédias.

A verdade é que a política desses partidos, a ser adoptada atingiria profundamente as pequenas e médias exploradoras e empresas e representaria para muitas delas a ruína e a falência.

O que vemos em relação aos pequenos e médios agricultores?

A política dos partidos reaccionários, tal como a que tem sido seguida pelo Governo PS, não resolve nenhum dos seus problemas essenciais. Nem crédito, nem preço acessível de adubos, sementes, insecticidas, herbicidas e outros meios. Nem preço, nem escoamento assegurado para os seus produtos. Nem apoio técnico.

Os pequenos e médios agricultores continuam abandonados a si próprios, cada vez com maiores dificuldades. A política dos partidos reaccionários tem apenas em vista a protecção dos grandes agrários, dos capitalistas, dos senhorios ricos, mantendo a exploração dos pequenos e médios agricultores.

Todos sabemos o que se passa com os rendeiros. Os rendeiros tinham alcançado a satisfação de algumas das suas importantes reivindicações como a lei do arrendamento rural de 1975. Mas na Assembleia da República, por proposta do PPD, apoiada pelo CDS e PS, foi aprovada uma nova lei, a lei dos senhorios ricos, que revogou a lei de 1975, que retira aos rendeiros direitos que haviam alcançado e que coloca de novo os rendeiros à mercê das extorções, das prepotências, dos abusos, das violências, da expulsão das terras por parte dos senhorios ricos.

O PCP apela aos justos direitos e reclamações dos pequenos e médios agricultores, proprietários ou rendeiros e pela sua parte insiste em que estejam assegurados numa plataforma democrática para o novo governo a formar-se.

No que respeita às pequenas e médias empresas industriais e comerciais, que não se iludam acerca dos resultados dum política de recuperação capitalista. Quem ganhará com tal política são os grandes. Os pequenos e médios serão sacrificados e em muitos casos arruinados.

Sacrificados e arruinados pela liberalização das importações, resultante ou não dum integração no Mercado Comum, o que permitiria que os produtos portugueses fossem batidos no nosso próprio mercado interno.

Sacrificados com a política de drástico e brusco saneamento financeiro.

Sacrificados e arruinados pelas elevadas taxas de juro que se diz que o FMI quer que sejam elevadas para 25 ou 30%.

A ser levada por diante a política económica do Governo PS agora demitido, ou a política económica defendida pelo CDS e o PPD e a serem aceites as exigências do FMI, isso poderia representar a falência e o encerramento de centenas ou mesmo de milhares de pequenas e médias empresas.

O PCP luta e lutará para que sejam assegurados os direitos das pequenas e médias empresas e desde já alerta para novas tendências de concentração e centralização da parte do grande capital, com vistas ao ressurgimento do capital monopolista.

O CDS, o PPD, a CIP e a CAP têm exigido que uma plataforma ponha em causa as transformações democráticas que se deram nas estruturas da economia portuguesa.

Têm pretendido que uma plataforma estabeleça a base para a recuperação e reconquista pelo sector privado, mais concretamente pelo grande capital e pelos grandes agrários das fábricas, das empresas, das terras.

Têm pretendido que uma plataforma estabeleça as bases para que o sector capitalista, o sector privado do grande capital reconquiste o domínio de toda a economia portuguesa, reconquiste o poder económico e o poder político, ou seja que se criem as condições necessárias para a rápida restauração do capitalismo monopolista.

O nosso Partido (e estamos convencidos de que o nosso povo) dirão não a um tal projecto que só pode ainda mais agravar a crise económica e financeira que conduziria à liquidação das conquistas históricas da Revolução e do próprio regime democrático.

O nosso Partido procura negociar uma plataforma. Mas

coloca como pressuposto, como condição, que sejam mantidos os limites actuais das formações económicas, isto é, que seja respeitada e garantida a fronteira entre os sectores capitalistas da economia portuguesa e aqueles que deixaram de ser.

Que o que é privado fique privado. Mas que o capital privado não pretenda passar a fronteira e conquistar o que deixou de ser-lo.

Que se garanta ao sector privado, na indústria e na agricultura, as condições do seu normal funcionamento. Mas que pare a ofensiva contra as empresas em autogestão e sob controlo operário. Que pare a ofensiva contra a Reforma Agrária. Que cessem as entregas das intervenções com urgência os casos de arbitrariedades e injustiças tanto de reservas e desanexações na zona da Reforma Agrária, como em empresas desintervenções, como a FACAR, a MUNDET, a PABLOS, a JF dos Santos, a LP Mendonça, a COPAM, a Sanimar e outras.

Em resumo, que se não toque nas nacionalizações, que se não toque nas UCPs e nas cooperativas, na Reforma Agrária, que se não toque nas empresas em regime de autogestão, que se procurem com os trabalhadores as justas soluções para as empresas intervenções.

E que na base do respeito e da garantia destas diversas formas e da dinâmica própria de cada uma delas, incluindo o sector privado e com particular relevo para a pequena e média produção, se emprenda o grande esforço nacional cada vez mais urgente.

Que, com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, o país se lance ao trabalho a fim de sair da crise a evitar a bancarrota financeira à beira da qual nos conduziu a política de recuperação capitalista, agrária e latifundista do Governo PS sozinho aliado de facto à direita.

Esforço patriótico, plataforma e governo

Seria, a nosso ver, um erro trágico que o país pagaria caro, tentar resolver os problemas nacionais e a saída da crise, não a partir da correcção da política que levou ao fracasso o Governo PS, mas a partir da acentuação dos seus lados negativos, não procurando a participação activa dos trabalhadores, mas a partir de concessões ainda maiores ao grande capital, aos agrários e ao imperialismo.

A direita também fala em plataforma. Mas a sua plataforma consumiria o desastre para que nos encaminhou a política do Governo PS sozinho aliado de facto à direita.

A solução dos graves problemas nacionais pode alcançar-se, não continuando a fazer pagar todo o preço das dificuldades às classes trabalhadoras não com redução dos salários reais, congelando a contratação colectiva e fazendo subir os preços, não apertando o cinto aos trabalhadores e alargando-o aos capitalistas, não com os despedimentos e o desemprego como armas de saneamento financeiro das empresas, mas mantendo ou mesmo melhorando o poder de compra dos trabalhadores, que pode intervir num processo de recuperação económica, como um factor do alargamento do mercado interno e como estímulo à produção nacional de artigos de consumo corrente.

A solução dos graves problemas nacionais pode alcançar-se, não continuando a afundar a economia nacional no pantano da recuperação capitalista, agrária e imperialista, de inconsistentes empréstimos externos e das chamadas «imposições» do FMI, mas mobilizando os recursos e energias nacionais, fazendo um esforço geral para aumentar a produção, aproveitando ao máximo as

componentes internas, accionando a capacidade não utilizada e a mão-de-obra disponível, produzindo muito daquilo que hoje se importa, restringindo importações de artigos não essenciais, diversificando os mercados externos para incrementar as exportações, evitando desperdiçar muito do que hoje se desperdiça, em suma, ficando os pés na nossa terra portuguesa, fazendo apelo às nossas próprias energias, estimulando o brío nacional e a determinação em vencer as dificuldades, no quadro do regime democrático e sem aceitar ingerências e imposições externas que hipotecam o nosso futuro e a nossa independência nacional.

O PCP tem-se manifestado sempre pronto a examinar e a debater todos os problemas económicos, financeiros e sociais, tem procurado dar e continuará a dar a sua contribuição construtiva para a elaboração dum plataforma para a saída da crise. Tem-no feito nos seus encontros com o Presidente da República e nos encontros com o PS que consideramos, na fase actual, como coadjuvantes dos primeiros.

Nos encontros entre delegações do PCP e do PS, discutiram-se já, muito no concreto, aspectos importantes dum plataforma eventual. Pode dizer-se que se desbravou terreno, que se deram passos positivos.

Além dos encontros com o PS, o PCP está aberto ao exame dos problemas com outras forças e sectores. É necessário habituarmo-nos todos ao debate e à negociação se necessário, com amigos e inimigos.

Com vistas ao conhecimento mais profundo das condições, dificuldades e possibilidades da elaboração dum plataforma que permita a defesa das conquistas da

Revolução, a saída da crise, a consolidação do regime democrático, o nosso Partido admite abordar directamente, de forma adequada, em cada caso, todas e quaisquer forças sociais e políticas, praticamente sem discriminações.

Como sempre temos afirmado, se entendermos que uma plataforma é útil para o nosso povo e o nosso país, se entendermos poder subcrevê-la, não pomos reservas a que outras forças sem qualquer discriminação, também a subscrevam.

Tornamos entretanto claro, não apenas por constituirmos o partido dos trabalhadores e por defendermos em quaisquer circunstâncias os interesses dos trabalhadores, mas porque a nossa posição corresponde à realidade portuguesa, que uma plataforma que permita sair da crise e a mobilização das energias nacionais para a sua execução só é possível com os trabalhadores e dizer no Portugal de hoje com os trabalhadores significa dizer também com os comunistas.

E quanto ao novo governo?

Como se sabe, segundo o nosso Partido, o mais importante nas negociações actuais é a definição dum plataforma. Chegando-se a acordo acerca dum plataforma, a composição do governo estará extraordinariamente simplificada. Pela sua parte, o PCP está aberto à consideração de diversas soluções para esse problema.

É porém necessário referir que, se uma plataforma de direita não resolveria os problemas nacionais que urge resolver, igualmente os não resolveria um governo

ainda mais à direita que o Governo PS demissionário.

Certa imprensa avança a ideia de um governo PPD-CDS ou CDS-PPD, com ou sem independentes, aventando alguns que nesses independentes se poderiam contar socialistas subitamente despartidarizados. Também a mesma imprensa fala na hipótese dum governo de «competências» apoiado pelo CDS e PPD.

Admitindo o absurdo dessa hipótese que seria uma ameaça para a democracia portuguesa, parece evidente que tal hipótese não tem qualquer viabilidade, além do mais porque não passaria na Assembleia da República.

O CDS e o PPD não têm maioria na Assembleia da República. Na Assembleia há uma maioria de socialistas e comunistas. Os comunistas votariam com absoluta certeza contra tal governo. Seria portanto necessário que o grupo parlamentar do PS votasse a favor ou o deixasse passar para que ele pudesse existir.

E eu pergunto, particularmente aos militantes do PS: Será crível que o PS deixe instalar-se no poder um governo reaccionário? Será crível que o Governo PS deixe que a reacção, os inimigos da Constituição e do regime democrático, os saudistas do passado, tomem conta do leme da nossa democracia para a conduzirem ao naufrágio?

Estamos certos de que qualquer socialista responderá que isso não é crível, que isso não é possível.

Portanto, mesmo sem considerar outros aspectos do problema que tornam absurda essa hipótese, pode dizer-se: não haverá governo reaccionário, se o PS o não quiser. Continuamos a acreditar que de facto o PS o não quer.

Unidade dos democratas, unidade dos trabalhadores

Toda a evolução da situação política, económica e social nos últimos tempos tem evidenciado que no quadro das instituições democráticas e da correlação de forças políticas, qualquer solução para os problemas nacionais, qualquer plataforma democrática, qualquer saída democrática, passa por um entendimento entre socialistas e comunistas, entre o PS e o PCP.

Nos últimos dias, numerosos jornalistas, abordando esta questão, têm-me perguntado: «Acredita que tal entendimento é possível?»

A esta pergunta tenho respondido: Antes de avaliarmos se é possível, devemos afirmar que é necessário. Se logo de princípio descremos da possibilidade, pouco andaremos. Mas se tivermos consciência da sua necessidade, e da sua necessidade imperiosa, empregaremos energias, daremos passos, insistiremos, batalharemos, para que se torne possível aquilo que parece não sê-lo.

Ha factos que nos permitem encetar com esperança a possibilidade dum aproximação dos dois partidos.

Não é só o progresso do diálogo nas conversações entre as delegações.

É o número cada vez mais elevado de situações e de casos (em toda a parte) em que se verificam relações amistosas, de cooperação e mesmo de acção comum entre comunistas e socialistas.

Aqui no Porto, aqui no Norte, em que existe uma magnífica tradição, vinda do tempo do fascismo, de unidade antifascista, de cooperação e de solidariedade entre comunistas, socialistas e democratas de outras

tendências, desejo saudar todos aqueles que compreenderam que o anticomunismo só serve a reacção e que os perigos que pairam sobre o regime democrático e sobre Portugal exigem de todos nós um grande esforço para nos entendermos, darmos as mãos, cerrarmos fileiras e actuarmos unidos para assegurarmos o futuro democrático e independente de Portugal.

Apesar das severas críticas que fazemos ao governo PS e à direcção do PS, apesar das divergências reais existentes entre os dois partidos, apesar de um velho contencioso e de velhos conflitos, apesar das reservas e desconfianças tudo temos feito e tudo faremos, insistiremos e esgotaremos todas as possibilidades, para que seja possível um entendimento e um acordo entre o PCP e o PS, acordo que contribua para uma solução democrática da crise.

Se esse resultado não for alcançado ninguém poderá dizer que o PCP não fez tudo quanto estava ao seu alcance porque é absolutamente certo, que se há partido que, na sua acção política se não orienta por estreitos interesses partidários mas pelo objectivo de servir o povo e o país, esse partido é o Partido Comunista Português.

A insistência por parte do PCP na unidade não é slogan de propaganda. É uma dos aspectos essenciais da nossa linha política, dos nossos critérios de classe na arrumação de forças, da nossa política de alianças, da nossa compreensão do papel da classe operária e das massas populares no processo de democratização da vida nacional.

A nossa política de unidade respeita aos partidos, mas respeita também às organizações de classe e aos mais variados sectores da vida nacional.

Assim, defendemos a unidade sindical porque a consideramos imprescindível para a defesa dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da Revolução, do regime democrático.

Seria bom que aqueles que procuram dividir o movimento sindical, reflectissem na maldadada e atribulada história da Carta Aberta que, tal como certos grupos esquerdistas, estava tão desacreditada que resolveu mudar de nome.

Seria bom que reflectissem nos resultados das eleições realizadas nos sindicatos no corrente ano de 1977, em que o PS perdeu 20 direcções a favor da listas unitárias, os esquerdistas perderam 2 e a direita outras 2.

O espírito unitário e a consciência de classe dos trabalhadores portugueses são tão fortes que todas as manobras, campanhas, acções divisionistas fabricadas cá dentro ou sopradas e pagas de fora têm sofrido estrondosas derrotas.

Mas que não adormeçam a Intersindical e os trabalhadores à sombra das vitórias.

A unidade, a democraticidade, a consciência de classe do movimento sindical português é um obstáculo aos planos do grande capital e do imperialismo.

Por isso alguns partidos avançam projectos de nova legislação sindical que talvez queira reproduzir, adaptada aos tempos de hoje, a célebre legislação regulamentadora da actividade sindical de 1933 que marcou a fascização do Estado português depois do golpe militar de 28 de Maio.

O reforço do Partido

Aproxima-se o fim do ano. Fazendo o balanço da vida e da actividade do nosso Partido ao longo do ano, creio que nós, os comunistas, podemos dizer: Nenhuma outra força política fez mais e nenhuma lutou mais consequentemente na defesa dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da Revolução, do regime democrático.

Em toda a parte, nas fábricas, nas empresas, nos campos, nos portos, em todos os locais de trabalho, nas escolas, nas organizações de massas, em toda a parte os comunistas, ligados estreitamente às massas, possibilitaram com a sua acção milhares e milhares de pequenas e grandes lutas, milhares e milhares de pequenas e grandes iniciativas, dando o melhor dos seus esforços e energias para servir o povo e o país.

O papel e a intervenção dos comunistas fica bem evidenciado na resposta pronta das massas às iniciativas do Partido.

As iniciativas do Partido, as pequenas e as grandes foram invariavelmente coroadas de sucesso. Nenhum outro partido teve da parte dos trabalhadores e das massas populares um apoio e suporte que se possam sequer comparar àqueles com que contou o nosso glorioso Partido.

Tomando apenas como exemplos algumas grandes realizações, que outro partido poderia realizar uma campanha de fundos semelhante à nossa campanha dos 50 mil contos, no primeiro semestre do ano, campanha que galvanizou camaradas e não camaradas, que suscitou grandes e pequenos auxílios, que deu lugar a milhares de iniciativas, e que foi tão entusiasticamente acolhida que as quantias recolhidas numa época de crise e de dificuldades para os trabalhadores atingiram a soma enorme de quase 70 mil contos?

Que outro partido poderia realizar algo de semelhante à nossa Conferência Económica, no mês de Junho, em que participaram cerca de 1000 delegados e 4000 convidados, que culminou num grandioso trabalho colectivo de análise e estudo com debates em que participaram cerca de 30 000 trabalhadores, quadros técnicos e que apontou as grandes linhas da política económica, que constituiu um valioso e impar material sobre a situação económica do país e as soluções para a saída da crise?

Que outro partido poderia realizar uma festa como a do nosso glorioso «Avante!» no mês de Setembro, grandiosa

e feérica manifestação cultural, cívica, festiva e política, erguida pelo trabalho voluntário e abnegado de milhares de militantes e que atraiu cerca de meio milhão de pessoas?

Que outro partido poderia promover uma campanha de recrutamento, como a nossa «Promoção Conquistas de Abril», cuja meta até ao fim do ano era de mais 10 000 inscrições no Partido, mas que atingiu já 20 mil novos militantes?

Registamos com alegria o facto de que grande número das novas inscrições no Partido são mulheres e jovens, confirmando que as mulheres portuguesas e a jovem geração se encontram corajosamente nas primeiras filas dos combates do nosso povo.

E que se termine com a fábula de que o Partido é forte e influente no Sul mas não o seria no Norte.

Nós queremos saudar os camaradas da DORN, pelo grande êxito conseguido na «Promoção Conquistas de Abril», ultrapassando de longe a meta fixada e registando actualmente mais de 3000 novos militantes.

O Partido fortalece-se, cresce e creio, camaradas, que esse facto é visto com alegria, não apenas por nós comunistas, mas por todos os democratas sinceros que

compreendem que o PCP é uma força essencial na luta contra a reacção, na defesa dos interesses dos trabalhadores, na defesa e consolidação do regime democrático. A estrela vermelha do PCP é, na constelação das forças políticas portuguesas, a estrela da confiança na liberdade e no futuro.

O PCP tudo fará para ser digno da crescente confiança que nele tem o povo português.

Não pouparemos esforços para que se torne possível uma saída para a crise, uma alternativa democrática para o governo agora demitido.

Não pouparemos esforços para que, no ano que se aproxima, sejam defendidas com êxito as liberdades, as conquistas da Revolução e do regime democrático e a independência nacional.

Para todos vós, queridos camaradas e amigos: Um bom Natal, um feliz Ano Novo!

Abaixo a reacção!
Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas!

Viva Portugal democrático e independente!
Viva o Partido Comunista Português!

Porque tem medo de novas eleições reacção manobra contra a Constituição

1. Diversos partidos e jornais de direita têm vindo a lançar com insistência a ideia de que, no caso de eleições gerais antecipadas, haveria que proceder a alterações do processo eleitoral designadamente quanto ao sistema de representação proporcional.

Trata-se, como é evidente, não apenas de criar dificuldades para a realização de novas eleições, que a direita teme, como também de mais uma manifestação da incompatibilidade dos projectos da direita com o quadro constitucional.

O PCP faz notar que nos termos da Constituição (art.º 155.º, 1.) «Os deputados são eleitos segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt» e que o sistema de representação proporcional nem sequer por uma revisão constitucional poderá ser alterado (art.º 29º, h) da Constituição).

2. O PCP denuncia a manobra da direita que procura liquidar o sistema de representação proporcional tal como está consagrado na Constituição.

O que a direita pretende não é, como diz o jornal reaccionário «O Tempo», «aperfeiçoar a lei eleitoral», nem «reduzir a criação de impasses governativos de tipo minoritário» como afirma o PSD, nem «modificar o sistema partidário existente» como apregoa o MURN. O que a direita pretende é distorcer por completo a relação entre os votos do eleitorado e a representação parlamentar e adulterar a proporção entre os votos e os mandatos.

Simultaneamente é apresentado na Assembleia da República um projecto da autoria do PPD/PSD para a obrigatoriedade do voto, prevendo pesadas multas

e outras sanções para os abstencionistas, o que nada tem a ver com o dever cívico de votar, como a Constituição prevê, antes constitui uma forma de coacção administrativa, o que é uma violação das próprias liberdades democráticas.

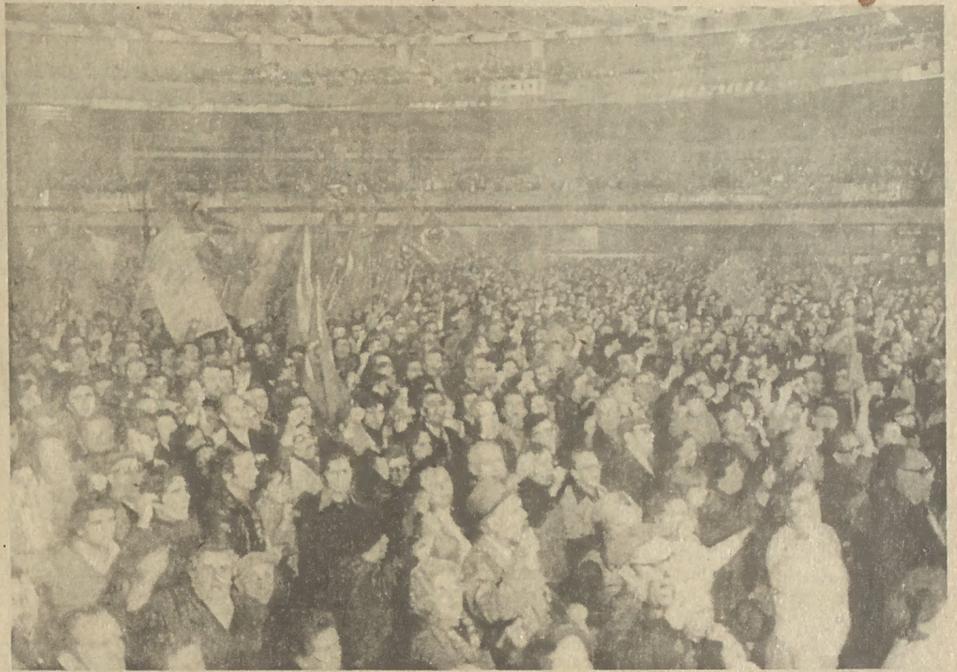
Derrotada nas suas ofensivas para liquidar as conquistas de Abril e fazer regressar o nosso País ao inteiro domínio do grande capital e do imperialismo, batida em sucessivas eleições, a direita está perto do dia em que terá de confessar abertamente que a democracia não lhe serve, como já hoje confessa que não lhe servem a Constituição e as instituições democráticas.

3. O PCP, que foi o primeiro partido a apontar como saídas para a crise a formação de um governo de plataforma ou a realização de novas eleições gerais, tem-se empenhado prioritariamente na tentativa de se chegar a uma plataforma democrática e patriótica, continuando a considerar a realização de eleições gerais como alternativa a encarar caso venha a ser inviável a formação de um governo de plataforma.

Mas o PCP não teme a realização de eleições nem o julgamento do eleitorado, ao contrário do que sucede com os partidos da direita. O PCP considera que, no caso de novas eleições, os partidos da direita seriam de novo derrotados.

O PCP defende, também para o caso da realização de eleições, o respeito pela Constituição e pelos preceitos constitucionais.

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



O aspecto impressionante do Palácio de Cristal, durante o comício

Negociações PCP-PS

«Partimos de certas linhas essenciais e, na base delas, estamos dispostos a ver todos os ajustamentos necessários»

Intensa tem sido a actividade dos vários partidos, nos últimos dias, no que respeita ao desenvolvimento de contactos que produzam resultados e transformem a realidade política portuguesa. Com intenções diversas, cada força política avança as suas propostas. Se por seu lado a direita, encabeçada pelo PPD e pelo CDS continua a desesperadamente as suas tentativas de enredar cada vez mais o PS na sua política de recuperação capitalista, marcando exigências, os comunistas tudo fazem para que seja possível uma plataforma que, tendo como base a Constituição, possa vir a ser a base real de uma saída para a crise, com os trabalhadores, insistindo o PCP num entendimento entre todas as forças democráticas, designadamente entre os comunistas e os socialistas.

Os últimos dias da semana passada e no decorrer desta, multiplicaram-se os encontros. Na sede do PS uma delegação deste partido, composta por Jorge Campinos, Jaime Gama e António Reis recebeu a delegação comunista em que participaram as camaradas Carlos Costa e Carlos Brito e Domingos Abrantes, respectivamente membros do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Este encontro verificou-se após o PCP ter respondido afirmativamente às propostas de negociação que o Secretariado Nacional do PS tinha formulado a todos os partidos, e vêm ao encontro das intenções expressas pelos comunistas de continuar as negociações, mesmo após o derrubamento do Governo. Dois dias depois, na sexta-feira passada, foi a vez de os dirigentes socialistas se deslocarem ao Centro de Trabalho da António Serpa, onde se encontraram com dirigentes do nosso Partido.

Neste encontro que durou pouco mais de duas horas tomaram parte os mesmos interlocutores. No final o camarada Carlos Costa sublinhou o significado positivo destes encontros, acrescentando:

É evidente que se não houvesse progresso nenhum, se não se visse possibilidade de progresso, certamente o PS e nós não veríamos utilidade no prosseguimento das negociações.

Nós pensamos que é necessário uma solução, continuou o camarada, e uma solução urgente, porque os problemas económicos e sociais do país são muito graves. A solução desses problemas económicos e sociais impõem naturalmente uma solução política e pensamos que, por isso, é preciso chegar-se

expansão. Ahamos que, se é verdade que o FMI impôs uma taxa de crescimento de 1,2 por cento, não a podemos aceitar. Assim como não podemos aceitar tão pouco os três ou quatro por cento que o Governo estabeleceu.

Depois de reafirmar que os comunistas defendem a manutenção do statu quo

podesse adiantar quais as possíveis soluções.

Como não há uma solução à vista, quer quanto à plataforma, quer quanto ao Governo, ou, mesmo que esteja à vista, não está definida, naturalmente que a hipótese das eleições é sempre uma das saídas democráticas, constitucionais, para a saída



Um aspecto das conversações efectuadas entre o PCP e o PS

a uma plataforma e a um governo.

E referindo-se à plataforma afirmou:

Essa plataforma deve ter como pressupostos essenciais o respeito absoluto da Constituição, o respeito pelos órgãos de soberania e o respeito pelas formações económicas existentes. Insisto nisto porque os problemas nacionais têm muito que ver, neste momento, com a situação económica, o respeito pelas liberdades democráticas e pelos outros direitos dos trabalhadores.

E, quanto à possibilidade de uma solução, acrescentou:

Estamos, nesse sentido, a trabalhar com o PS e isto não prejudica em nada as conversações que se estão a ter com o sr. Presidente da República.

Com efeito, no dia seguinte, o secretário-geral do PCP seria recebido em Belém pelo general Ramalho Eanes. Hora e meia de entrevista, finda a qual o camarada Álvaro Cunhal que estava acompanhado pelos camaradas Carlos Costa e Carlos Brito, falou aos jornalistas. Soluções concretas, estado das negociações, eram as perguntas.

No que respeita às soluções concretas há múltiplos aspectos que se podem discutir. Tomemos a política geral: nós defendemos uma política de

na Reforma Agrária e que deve acabar a entrega de terras aos agrários, Álvaro Cunhal diria, entretanto:

Mas pensamos que é negociável, em muitos casos concretos, os termos do exercício de um direito de reserva, dos interesses da economia nacional, os termos do apoio técnico ou do crédito agrícola de emergência. Há muita coisa a negociar, há muita coisa a discutir e não é naturalmente uma linha rígida aquela de que partimos. Partimos de certas linhas essenciais e, na base delas, estamos dispostos a ver todos os ajustamentos necessários que possam permitir um acordo.

Da viabilidade de um acordo tinha já o camarada Álvaro Cunhal falado à entrada para a entrevista com o Presidente da República, referindo-se às negociações que o nosso Partido tem mantido com o PS. Que se tinha progredido, disse. E sublinhou:

Mostra-se uma coisa: é que se pode andar. O que é necessário é que se queira andar. Poder, pode-se. Ou seja: podem aproximar-se pontos de vista e podem encontrar-se soluções. Que as considerações de ordem política estreita não prejudiquem o encontro de soluções políticas que interessem ao nosso país.

Mais tarde o secretário-geral do Partido diria ainda que havia perspectivas, embora não se

da crise profunda que atravessamos.

Enquanto que o CDS, pelas palavras de Freitas do Amaral, considerou «não ser útil revelar pormenores» e deixou à responsabilidade do tempo o ajudar a encontrar soluções; enquanto o PPD lamenta o ter-se avançado pouco, o secretário-geral do PS, Mário Soares registava aproximações efectivas, mantendo-se reservado quanto ao conteúdo dessas aproximações e às forças de quem o PS se aproxima.

Entretanto na passada 2.ª-feira, o camarada Carlos Brito, ao dirigir-se para o terceiro encontro que o PCP regista com o PS, desta vez na Rua da Emenda, afirmava ter-se verificado um certo avanço nas conversações com vista a um eventual acordo com o PS.

A saída da reunião, em que participaram os mesmos interlocutores da parte de cada partido, o camarada Carlos Brito referiu-se ao encontro como mais um passo das negociações em que estamos empenhados, dado o papel importante que o PS terá que assumir na saída da crise governativa. Por outro lado — esclareceu — entendemos que as dificuldades económicas e financeiras com que se defronta o povo e o País só com os trabalhadores podem ser vencidas. Isso significa que têm de ser vencidas com o PCP.

O GRANDE COMÍCIO DO PORTO COMPROVA A CRESCENTE MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO NORTE

O Partido Comunista Português foi o primeiro a falar em plataforma e a propor um Governo de plataforma. Declarámo-nos e declaramos-nos dispostos a negociar. Fazemos propostas concretas nesse sentido. Mas, para o PCP, como já temos declarado, a Constituição é a plataforma das plataformas. Só subscreveremos uma plataforma desde que respeite rigorosamente a Constituição, assegurou o camarada Álvaro Cunhal às mais de 20 mil pessoas que acorreram, na tarde do último domingo, ao Palácio de Cristal, no Porto, para participarem numa das mais grandiosas jornadas realizadas naquela ampla sala.

A nave central do Palácio tornou-se exigua para albergar os milhares e milhares de militantes, simpatizantes e amigos do Partido que ali acorreram. Uma multidão compacta no interior e numerosas pessoas no exterior do edifício seguiram atentamente a exposição da posição dos comunistas face à actual situação política. Entusiasmo, serenidade e confiança foram os sentimentos unanimemente expressos por aquela imensa mole humana. Reflectindo a crescente influência do Partido, foram assinadas 65 fichas de adesão ao PCP e às organizações da Juventude Comunista (UJC e UEC).

MAIS 4 MIL MILITANTES NO NORTE, DESDE AGOSTO

A anteceder as intervenções políticas, actuaram Luís Viegas, o conjunto «1.º de Maio» e José Jorge Letria, cujas interpretações foram aclamadas pelos muitos milhares de presentes, cujo número ia aumentando até que, cerca das 17.35 horas, se encontrava praticamente esgotada a lotação do Palácio, obrigando muita gente a seguir a jornada no exterior, através da instalação sonora.

Dez minutos, depois, o camarada António Abreu, membro suplente do CC e da DORN, chamou para a mesa algumas dezenas de dirigentes e representantes de numerosas organizações da ORN, delegações do Comité Local do Porto e da DORN, vários membros do CC e os

camaradas Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, e Álvaro Cunhal, que foi apoteoticamente saudado pela multidão. Diversos ramos de cravos de Abril foram oferecidos ao Secretário-Geral do Partido.

De seguida, usou da palavra o camarada Edgar Maciel Correia, membro do Comité Central e da DORN, para quem o comício era também uma expressão do grande aumento da influência do nosso Partido no Norte. Hoje — acrescentou — somos, nos distritos do Norte, mais quatro mil militantes que no início de Agosto. Hoje, o nosso Partido surge aos olhos das massas com uma grande autoridade e beneficia de uma crescente influência, que lhe advém da justiça e coerência das suas posições políticas, da capacidade de organização e de luta de que dá diariamente prova.

Salientando os avanços registados no reforço da unidade e cooperação entre os comunistas e muitos trabalhadores, pequenos e médios agricultores e democratas, sobretudo socialistas, em diversas frentes, aquele membro do CC realçou que a reacção experimentada crescentes dificuldades de arregimentar pessoas na base de calúnias e «slogans» estafados contra o nosso Partido.

DENÚNCIA DE RESTRIÇÕES E ATENTADOS ÀS LIBERDADES

Proseguindo a sua intervenção, Edgar Maciel Correia, declarou:

O recurso por parte de certas autoridades a medidas administrativas e arbitrarias à violência e a formas de limitação das liberdades democráticas para entrar o alargamento da influência do nosso Partido tem-se tomado cada vez mais frequente. A propósito, denunciou o facto de, na maior parte das localidades do Norte, ser actualmente impossível realizar sessões de esclarecimento político, devido aos entraves colocados, por alguns governadores civis, à cedência de salas escolares, fora do período de campanha

eleitoral. Como antigamente, comentou Edgar Maciel.

Além disso, na cidade do Porto, foram detidos mais de meio milhar de democratas nos últimos meses, quando exerciam os seus direitos de expressão do pensamento, devido a decisão camarária que ressuscitou uma portaria do tempo da Maria Cachucha. A propósito, o membro da DORN denunciou o escândalo da maioria dos vereadores da Câmara continuarem a violar ostensivamente uma sentença do Tribunal Municipal do Porto que afirma: «não tem aplicação a disposição da postura, por além do mais, em oposição ao disposto no art.º 37.º da Constituição da República, e por que os factos constantes da acusação não são submissíveis a qualquer crime público cuja competência outro tribunal deva apreciar».

Analisando a situação dos órgãos de informação estatizados do Porto, Edgar Maciel denunciou: com a complacência do Governo PS, a direita reaccionária colocou homens nos seus lugares chave, a censura interna foi restabelecida, como o atestam exemplos denunciados pelo Sindicato dos Jornalistas: a manipulação da informação ao serviço das forças que jogam na destabilização do regime democrático tornou-se uma realidade que, ainda recentemente, foi alvo de um inquérito oficial cujas conclusões se aguardam com interesse.

FORTALECE-SE O MOVIMENTO POPULAR DE MASSAS

Referindo-se à renovada agressividade das forças reaccionárias, Edgar Maciel

citou alguns exemplos, designadamente a manifestação fascista de 19 de Novembro, a proliferação de grupos nazi de alguns liceus do Porto e a criação do SADN — Segurança de Ala Direita Nacional, grupo punitivo de extrema direita destinado a ataques pessoais, que declara ter apoio, embora não declarado, do PPD e do sr. Kaulza de Arriaga.

A agressividade da direita, nas condições actuais, frisou Edgar Maciel, não é sinónimo de força, antes de desespero perante o fracasso das suas tentativas de partilhar o poder com o PS, de impaciência face ao crescimento de um movimento de massas muito profundo de carácter unitário e democrático. A direita, acrescentou, sente o terreno fugir-lhe debaixo dos pés e inquieta-se.

A revogação do decreto-lei que liberalizou os despedimentos, o fim dos contratos a prazo, a regulamentação do pluriemprego e das horas extraordinárias, a proibição do trabalho infantil, a definição de uma política de emprego que crie, a curto prazo, novos postos de trabalho foram algumas das reivindicações dos jovens do Norte formuladas por Joaquim Pereira, membro da Comissão Executiva da CC da UJC, que considerou a luta contra o desemprego como uma das mais importantes frentes de luta da juventude.

Esta jornada de esclarecimento e informação política culminou com a intervenção do camarada Álvaro Cunhal frequentemente interrompida com aplausos e palavras de ordem. No final a multidão entou em coro a «Internacional», a «Portuguesa» e o «Avante, camarada!».

Em Freixo de Espada à Cinta

FALECEU MILITANTE DA UEC

Vítima de brutal acidente de viação faleceu recentemente o camarada Luís Filipe Glória Rentes, militante da União dos Estudantes Comunistas (UEC), residente em Freixo de Espada à Cinta. Embora muito jovem este camarada era um

activo militante. No ano lectivo transacto pertenceu à comissão de gestão do externato «Guerra Junqueiro».

Aos familiares e camaradas do militante falecido o colectivo do «Avante!» apresenta as suas condolências.

UM JORNALISTA NA REVOLUÇÃO

Apresentação do livro

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO



John Reed

● John Reed: o jornalista e o revolucionário

● John Reed: noticiar ou revelar politicamente Outubro de 1917

Intervenções de Yuri Charkovín, especialista de Psicologia Social dos meios de comunicação social, da Faculdade de jornalismo da Universidade de Moscovo e de Ruben de Carvalho chefe de redacção do «Avante!»

Hoje às 21 e 30 na Sociedade Portuguesa de Autores — Av. Duque de Loulé, 31 Lisboa

José Magro ao «Avante!»:

É SIGNIFICATIVA E IMPORTANTE A CRESCENTE CONSCIENCIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS AÇORES E MADEIRA

Informado de que o camarada José Magro, membro do CC, se havia deslocado nas últimas semanas às Regiões da Madeira e dos Açores, «Avante!» entrevistou-o sobre a situação ali, dados o seu peso no contexto nacional — cerca de meio milhão de residentes em ligação com perto de um milhão de emigrados — a «acção de pressão» que, através dos respectivos governos do PPD/PSD, vem realizando sobre a evolução política do país, e ainda a necessidade de um melhor conhecimento e de uma maior ajuda colectiva aos trabalhadores açorianos e madeirenses, muito isolados ainda dos seus irmãos do Continente.

dos agrários e, no outro extremo, a classe correspondente dos assalariados rurais — cerca de 15 a 20 mil. Opostamente, na ilha das Flores, onde grande parte da terra pertence ao Estado ou às autarquias, a luta de classes toma formas menos agudas, o separatismo e o terrorismo praticamente não existem e os movimentos democráticos, como o «Povo Unido», têm larga audiência. Assim, como se vê, a par do que há de comum, a situação nas ilhas apresenta situações bastante diversificadas, que há que considerar numa análise de conjunto.

— Em relação à actual situação política, à queda do governo, negociações em curso, o que se passa nos arquipélagos?

— Duma maneira geral, podemos dizer que de expectativa esperada, quanto às massas populares, numa solução democrática e de esquerda; e de receio no que respeita às hostes peepedistas, divididas e desacreditadas. O discurso de Mota Amaral, chefe do governo dos Açores, após a queda de Mário Soares, foi uma ameaça expressa de acelerar as acções pró-separatistas e assim um acto de pressão política sobre Lisboa; mas foi também uma tentativa para reanimar os seus assustados correligionários, com a promessa de continuidade indefinida do reinado do PPD.

Há que lembrar ainda a acção preponderante dos dirigentes do PPD/PSD, mais especialmente talvez dos da Madeira, no decorrer da crise interna deste Partido, a favor da ala mais reacçãoária de Sá Carneiro, de quem são um dos mais fortes estímulos.

Em resumo: as Regiões Autónomas, sob o domínio da direita reacçãoária, e não obstante a evolução positiva que se vem verificando, constituem ainda um factor desfavorável na evolução do nosso processo democrático. Desta maneira, não só como dever de solidariedade para com os trabalhadores da Madeira e dos Açores, mas também como contribuição de relevo para a defesa da Democracia e das conquistas populares, impõe-se uma maior ajuda àqueles, pelas mais diversas formas, da parte das forças democráticas, do movimento sindical do Continente, de todo

o movimento operário e popular.

— Relativamente ao problema do terrorismo?

— Sim, o terrorismo bombista, e não só, mantém-se ainda, dado o forte apoio de cobertura de muitos elementos altamente colocados no aparelho do Estado e do apoio financeiro que recebe da parte mais reacçãoária da direita. Mas tem já características muito diferentes das de há dois anos. No «verão quente» de 75, os caciques locais conseguiram enganar e mobilizar os elementos mais atrasados da população contra os comunistas e outros democratas, levá-los a agredir-lhes ou a incendiar-lhes os centros de trabalho. Hoje, isso não é já possível. Foi o que aconteceu em 6 de Julho passado, quando tentaram inutilmente levar os camponeses dos arredores da Horta a atacar o nosso Centro nessa cidade. Foi o que aconteceu em sessões de esclarecimento do Partido em S. Jorge (Madeira), ou na ilha de Porto Santo, com as tentativas de agressão ao cantor Barata Moura, onde a assistência se dividiu entre os que hesitaram ainda em apoiar o artista e os que resolutamente se colocaram a seu lado, mas onde já ninguém seguiu os arruaceiros. E há já casos até de populares virem a fazer justiça por suas mãos, quando as provocações vão longe demais, como ocorreu com o grupo do separatista José de Almeida na sua destróia «manifestação» na mesma cidade da Horta. De resto, a nossa experiência pessoal de há semanas atrás é elucidativa também. Fizemos variadas sessões de esclarecimento ligadas à «Promoção Conquistas de Abril», tanto na Madeira como nos Açores. Muitas delas foram anunciadas publicamente com bastante antecedência. Relativamente a algumas, como na Horta e nas Lages do Pico, houve ainda ameaças de intervenção e de violências. Mas a verdade é que não deixámos de realizar qualquer das iniciativas; que as levámos com êxito até ao fim; e que apenas nas Lages um pequeno grupo de arruaceiros se atreveu a aparecer, mas se manteve calado e pacífico, ante a firme disposição da assistência — na grande maioria trabalhadores socialistas, vários dos quais, para prevenir um eventual descalço na estrada, se

dispuseram solidária e corajosamente a acompanhar-nos e a defender-nos.

— Há portanto uma modificação da situação?

— A situação é hoje muito diferente e o medo transita agora para os escassos sicários do terrorismo, isolados da população que os repudia. Podem ainda, naturalmente, ante a posição de cumplicidade de certas autoridades, incendiar de noite um carro ou deixar uma bomba junto de uma porta. Repare-se, aliás, como os últimos atentados em S. Miguel se dirigiram quase exclusivamente, não contra democratas, mas contra as autoridades judiciais que estão levando por diante os processos referentes aos atentados de 75, numa desesperada tentativa de intimidação que esperamos não resulte. E, se não resultar, se os processos forem por diante, se os criminosos forem castigados como merecem e como é desejo da população laboriosa de todas as ilhas, este mesmo último recurso da extrema reacção acabará por diluir-se e desaparecer. E mais especialmente ainda se a crise política nacional tiver a solução democrática necessária, para lá de qualquer acto momentâneo de desespero que seria o toque de fimados do separatismo e do terrorismo.

— Falaste numa evolução positiva da situação. Que aspectos podes apontar nesse sentido?

— A consciencialização crescente da população e em especial das classes trabalhadoras, de que acima falo, é sem dúvida das mais significativas e importantes. Mas há outros traços nesse sentido. A evolução que começa a verificar-se no movimento sindical é um outro de grande importância. Assim, nos Açores, foi totalmente neutralizada a tentativa de regionalização, com vistas ao isolamento do movimento sindical do Continente, levada a efeito conjuntamente por algumas direcções e fleudeadas ao patronato e por algumas outras, poucas, de tendência esquerdista, a efectivar num projectado mas fracassado Encontro a realizar na Horta, em Novembro passado. E, quanto à Madeira, as vitórias unitárias das eleições na Hotelaria e na Construção Civil, especialmente desta última,

poderão considerar-se como um ponto de viragem do movimento no Arquipélago, no sentido do reforço do movimento sindical único de todos os trabalhadores portugueses.

O movimento cooperativista de pequenos e médios agricultores e outras formas específicas de organização (de que destacamos a União dos Caseiros da Ilha da Madeira, desde que reforce formas correctas de orientação na sua luta pela extinção da colónia), dos pescadores artesanais, dos apanhadores de algas, etc. — têm tido também regular desenvolvimento nos últimos tempos e representarão, se o movimento se intensificar, como esperamos, um passo decisivo para a organização e mobilização por melhores condições de vida destas amplas camadas populares.

Por último, e como claro sintoma de surpreendente interesse cultural e político dos povos dos Açores e da Madeira, queria referir o entusiasmo com que foi recebido e a rápida implantação que vem tendo o jornal «Farol das Ilhas», a congregar elementos dos mais diversos quadantes democráticos, unidos nos mesmos desejos de defender e de levar até às ilhas as grandes conquistas populares e a Democracia portuguesa.

— Apenas mais uma pergunta: como se desenvolve nas ilhas a «Promoção Conquistas de Abril»?

— Tendo em conta os atrasos do lançamento da Campanha nestes sectores, devido a circunstâncias várias, as dificuldades particulares do meio e ao peso relativo das organizações respectivas, creio que os resultados serão satisfatórios. A meta oficial para a Madeira foi já ultrapassada no mês passado, conforme se verifica da leitura do «Avante!», e a dos Açores estará de certo também superada neste momento. Mas naturalmente que tal objectivo está longe de satisfazer os camaradas açorianos e madeirenses. Apesar das suas dificuldades, estou certo de que eles tudo farão para não ficarem atrás das outras organizações do nosso Partido, tendo em conta, naturalmente, o peso correspondente de cada uma. Não me surpreenderia assim que chegassem a duplicar desta maneira as metas oficiais.



DA URSS PARA PORTUGAL FLORES DA JUVENTUDE PARA DIAS COELHO

No dia 19 de Dezembro de 1961 a PIDE assassinou cobardemente a tiro o camarada Dias Coelho.

Malgrado toda a censura, toda a repressão da ditadura fascista, a notícia de mais este hediondo crime chegou rapidamente aos mais diversos países, provocando a mais viva indignação de todas as forças democráticas.

Mas o fascismo não conseguiu matar Dias Coelho. Não o matou na memória dos portugueses que souberam honrar o seu exemplo prosseguindo na luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo.

Não o matou tão pouco na memória dos povos do internacionalismo proletário fizeram uma bandeira a abrir os caminhos do futuro.

Não o matou sobretudo na memória dos jovens empenhados na construção de um mundo de justiça e de paz.

Da União Soviética, desses amigos de sempre, chega-nos também nesta data um comovido testemunho de solidariedade e apreço pelos que em Portugal lutaram e lutam contra a opressão e a exploração — flores soviéticas que mãos juvenis arranjaram para homenagear Dias Coelho.

Mesmo que nada se soubesse das inúmeras escolas que na URSS adoptaram o nome desse abnegado dirigente comunista mesmo que desconhecéssemos as incontáveis solenidades com que nas suas escolas os jovens prestam homenagem a esse filho do povo português barbaramente assassinado, estas flores que a 19 de Dezembro nos chegaram da URSS seriam mais do que suficientes para afirmar a profunda amizade e solidariedade que nos é dedicada.

Para os jovens soviéticos, tão longe e ao mesmo tempo tão perto de nós, é incompreensível que os assassinos, os carrascos do povo português — que durante quase cinquenta anos semearam o terror da opressão fascista — vivam hoje impunemente em liberdade ou sejam, como no caso dos que mataram Dias Coelho, tão brandamente castigados.

Em Portugal, os milhares e milhares de democratas que também se interrogaram sobre a justiça de tal «justiça» — já há muito que compreenderam que a luta continua, que é preciso cerrar fileiras mais e mais para cortar o passo ao fascismo e à reacção, para exigir uma verdadeira justiça.

E o povo português sabe que não estará sozinho na sua luta. Saudamos calorosamente os pioneiros moscovitas que nos ofereceram este magnífico exemplo de internacionalismo proletário.

Saudamos calorosamente a juventude soviética que continua a prestar homenagem ao grande comunista que foi Dias Coelho, cujo sangue generoso tornou mais belas as flores de Abril, as flores da liberdade que um dia florirão em todo o mundo.

— Como caracterizas a situação no conjunto das Regiões Autónomas e em cada uma delas separadamente?

— A primeira questão que é habitual vir à baila e com a qual se pretende explicar tudo e a da insularidade e a do respectivo afastamento do Continente. Claro que o meio natural é um factor a ter em conta; mas a verdade também, como é sabido, é que nunca ele é a determinante principal de uma dada situação histórica ou política. O meio geográfico não é impeditivo do desenvolvimento económico e social; e este processa-se sempre que as relações de produção e de propriedade lhe sejam adequadas. É o que não sucede ainda, como é evidente, nas Beiras ou em Trás-os-Montes, tal como não sucede nas ilhas, onde a situação não é qualitativamente diferente, embora haja sempre traços específicos a ter em conta. Como nas regiões mais atrasadas do Continente, a reacção domina ainda a administração e as autarquias em grande maioria dos concelhos e freguesias das ilhas. E, graças ao estatuto particular das Regiões Autónomas — autonomia que é justa, aliás — o PPD pôde ali arvorar-se em governo, governo de resto totalmente desacreditado e instável, não obstante as «modelações» que se esforçam por imprimir-lhe, com o que o facto facilita: maiores restrições às liberdades e direitos, maiores arbitrariedades, menor capacidade de resposta das forças democráticas e populares.

Depois, há os «factores» artificialmente criados pela reacção, como o do separatismo, que não tem qualquer base popular de apoio e que representa apenas uma tentativa da grande burguesia local para impedir o alargamento às ilhas das grandes conquistas populares e da democracia portuguesa e uma forma específica de pressão sobre o governo central.

— Há aliás diferenças entre as diversas regiões...

— Naturalmente. Para além das questões comuns, há também diferenças de relevo de arquipélago para arquipélago, e até de ilha para ilha. No que respeita à Madeira, por exemplo, é a única região do país onde perdura a chamada colónia, regime de exploração rural tipicamente feudal, condenado pela Constituição, e até com uma lei de extinção já aprovada pela própria Assembleia Regional, mas cuja melhoria e cumprimento só serão de prever a continuar e a intensificar-se, sob justas formas, a luta dos caseiros e da UCIM, com a ajuda de forças políticas democráticas. Outro traço característico da Madeira, quanto ao movimento operário e popular, foi, pelo menos até às últimas eleições, o grande predomínio do esquerdismo sobre a votação verdadeira esquerda. Trata-se evidentemente de uma forma de «esquerdismo ingénuo», primitivo e temporário, aliás em vias de superação.

Quanto aos Açores, especialmente em S. Miguel e um pouco na Terceira, há que ter muito em conta a existência



Dinamização do sector nacionalizado

PREPARA-SE ACTIVAMENTE A CONFERÊNCIA DO PCP

A organização da Conferência Nacional sobre a Dinamização do Sector Nacionalizado, iniciativa do PCP anunciada na reunião do Comité Central de 24 de Outubro findo, entrou numa fase de intensa dinamização através das Organizações Regionais do Partido. No último fim de semana, reuniram-se em

Lisboa, no Centro de Trabalho Vitória, numerosas comissões já criadas em todo o País para coordenar esforços e materiais para a Conferência, cuja realização está prevista para inícios do próximo ano.

Profundamente ligado aos problemas dos trabalhadores e à sua

intervenção organizada na vida económica nacional, o nosso Partido entende fazer desta Conferência não apenas uma iniciativa partidária, mas uma realização aberta a todos quantos sentem diariamente os problemas, as dificuldades e os ataques que se abatem sobre um sector que a Constituição

considera «irreversível», mas sobre o qual se acumulam as ameaças da recuperação capitalista.

Por isso, o trabalho preparatório ultrapassa e ultrapassará o quadro dos nossos militantes. O PCP está aberto às sugestões, comentários, críticas e fornecimento de dados que ajudem a concretizar

um estudo que interessa a todo o País.

Nesse sentido prosseguirá um trabalho patriótico cujo objectivo essencial, apontado pelo PCP naquela reunião do seu Comité Central, é «examinar as soluções e os métodos de fazer frente à ofensiva dirigida contra o sector nacionalizado, de

melhorar a sua eficiência económica e dar-lhe o papel que lhe cabe na recuperação da economia e no desenvolvimento, e de definir as formas de intervenção dos trabalhadores para alcançar este resultado», que solicita e merece a congregação de todos os esforços.

FESTA DE PIONEIROS NA GUILHERME COSSOUL



Organizada pelos Pioneiros de Portugal realizou-se, no passado sábado, na Sociedade Guilherme Cossoul, uma festa de Natal dedicada às crianças da zona.

A festa constou da representação da peça «A Bela Adormecida» e de

variedades e contou com a colaboração dos Pioneiros de S. Bernardo, dos Olivais e do Centro Vitória.

No decorrer desta jornada de confraternização e amizade foi servido um lanche a todas as crianças presentes.

No Porto, mulheres reclamam

«CABAZ DE COMPRAS» ALARGADO

Na sequência de um inquérito promovido durante um mês em diversas zonas e bairros do Porto, que recolheu cerca de duas mil respostas, a Comissão Unitária de Mulheres (CUM) divulgou, no último sábado, as conclusões apuradas referentes ao chamado «cabaz de compras», as quais vão ser oportunamente enviadas à Presidência da República, Assembleia da República e ao Governo.

reunião, as respostas ao inquérito defendem a inclusão obrigatória no «cabaz» dos seguintes produtos: arroz, arroz corrente, peixe congelado, ovos, leite, queijo, açúcar, pão, batatas, carne de porco e de vaca, frango, legumes, alface, cenouras, tomate, farinha de trigo, massas alimentícias, feijão, grão-de-bico, conservas de peixe, óleos alimentares, azeite, margarina, café, vinho comum, etc.

Entretanto, no decorrer da sessão realizada nas instalações do Cineclub do Porto foi aprovada por unanimidade uma moção reclamando a adopção do «cabaz de compras» e de medidas contra a especulação e o açambarcamento.

Segundo foi revelado nessa

A CINTURA INDUSTRIAL DE LISBOA ELEGE SECRETARIADO

Os representantes de cerca de cem mil trabalhadores de dezenas de empresas elegeram, no último sábado, o secretariado das comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa (CIL). Por proposta do secretariado anterior, que mereceu unanimidade e aclamação, o novo organismo dirigente conta com um representante de cada uma das seguintes empresas: Mague (concelho de trabalhadores de Vila Franca de Xira), Covina e MEC (Santa Iria de Azóia), Trefilaria (Sacavém), Sida Sueca e Baptista Russo (7.ª Zona), Carris, EPAL e CTM (Lisboa), Philips Portuguesa (Carnaxide), Sorefame e Cometra (Amadora) e Seicla (concelho de trabalhadores de Sintra). O plenário aprovou ainda o programa de acção a curto e médio prazo que, em linhas gerais, se baseia no respeito pela Constituição e pelas instituições democráticas, na luta pela defesa das conquistas da revolução, pelas liberdades democráticas e pelos direitos e interesses dos trabalhadores e do País.

De acordo com o programa aprovado, a CIL, que manterá a sua independência perante os partidos políticos, o patronato, o Estado e as confissões religiosas, procurará riomeadamente a cooperação e aproximação com as organizações de trabalhadores da função pública, bancários, seguros, comércio, informação e previdência. A CIL continuará a apoiar as lutas e acções justas dos trabalhadores e fomentará a criação de conselhos de trabalhadores coordenando os já existentes nas zonas de Sintra, Amadora, 2.ª e 7.ª Zonas de Lisboa, Sacavém, Santa Iria de Azóia, Vila Franca de Xira e Odivelas. O secretariado da CIL editará regularmente um boletim, estreitará as relações com o Movimento Sindical e promoverá com regularidade encontros e plenários de comissões e conselhos de trabalhadores para melhor intervir na reestruturação económica, defendendo os interesses dos trabalhadores.

Usaram da palavra membros de 12 comissões de trabalhadores. Foi criticada em pormenor a política do Governo demissionário e tratadas questões de ordem económica, social e política relacionadas com o momento que se vive no País. Mereceram relevo especial os problemas respeitantes ao controlo de gestão e às outras conquistas revolucionárias das classes trabalhadoras.

Foi manifestada a confiança na vitória da democracia e no caminho constitucional para o socialismo, através do fortalecimento da unidade dos trabalhadores, do reforço da organização, da união de esforços para ultrapassar tudo aquilo que pode dividir ou fomentar a divisão, conjugando e aperfeiçoando a actividade e as lutas pelos objectivos e pelos interesses das classes trabalhadoras que estão na primeira linha do verdadeiro interesse nacional.

A CGTP-IN perante a situação política

A PRÁTICA DE CEDÊNCIAS À DIREITA IMPEDE A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Como a CGTP-IN sempre apontou, a prática de cedências sucessivas à direita e ao imperialismo não resolve os problemas nacionais, agrava as tensões sociais e impede a mobilização activa, consciente e organizada dos trabalhadores para o grande esforço nacional que deve ser a base para a saída das actuais dificuldades económicas e financeiras do País — reafirma a Central única dos trabalhadores portugueses num comunicado recente, saído da reunião em que analisou a situação criada com a queda do Governo.

«A CGTP-IN não pode aceitar que a participação dos trabalhadores seja reduzida a um conjunto limitado de questões de política, salarial, do trabalho e do emprego, que surgem sempre como consequências da política económica e financeira geral. Mais do que a composição do Governo interessa pois aos trabalhadores uma mudança de política, uma nova política que esteja de acordo com o projecto constitucional», sublinha a CGTP-Intersindical Nacional acrescentando que os trabalhadores encaram a situação com serenidade e confiança no futuro do regime democrático e na defesa das conquistas do 25 de Abril, mas não deixarão de desenvolver como até agora as acções e as lutas necessárias para a defesa dos seus interesses.

Saliendo a «importância da unidade sindical e da unidade dos trabalhadores num momento em que é necessário fazer frente com determinação à ofensiva das forças sociais e políticas mais retrógradas que buscam o regresso ao passado através do ataque aos órgãos legítimos de soberania e à própria Constituição», o comunicado da CGTP-IN assinala:



LUTA CONTINUA LUTA CONTINUA

«A garantia quanto aos esforços que lhes venham a ser solicitados consiste no direito que os trabalhadores têm de exigir a concretização do projecto constitucional e da perspectiva socialista nele consagrada, o que implica uma política que consolide as conquistas da revolução iniciada em 25 de Abril, uma política que assegure a via para a recuperação das actuais dificuldades financeiras e económicas e que defenda a independência nacional, uma política que melhore rapidamente as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e camadas com rendimentos mais baixos».

As deliberações do Congresso de Todos os Sindicatos e do Plenário nacional de 8 de Outubro findo

são recordadas no comunicado da CGTP-IN como base das reivindicações já apresentadas no documento de resposta ao memorando do Governo. Depois de analisar a actuação do Executivo demissionário e de apontar os momentos mais graves da sua política contra os direitos e interesses dos

económicos, sociais e culturais, pela organização económico-social, pelos órgãos de soberania.

2. Reconhecimento e garantia do exercício efectivo dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações, consagrados na Constituição e nas leis.

3. Reconhecimento e garantia do direito ao trabalho e à segurança no emprego.

4. Garantia do direito à livre contratação colectiva pondo-se fim às medidas de congelamento.

5. Defesa do poder de compra dos trabalhadores e das camadas sociais de mais baixos rendimentos.

Por último, chamando a atenção para a gravidade das tentativas de divisão sindical, a CGTP-IN reafirma que «continuará a desenvolver a sua actividade tendo em conta as características da situação política, do modo que considerar mais adequado à defesa dos interesses de classe dos trabalhadores» dentro do princípio aprovado no Congresso de Janeiro, segundo o qual o Movimento Sindical «desenvolve a sua actividade e determina os seus objectivos com total autonomia face ao patronato, ao Estado, aos partidos políticos ou quaisquer outros agrupamentos de natureza não sindical».

ELEIÇÕES SINDICAIS: CONTINUAM OS ÊXITOS DA UNIDADE

Sindicatos e Comissões de Trabalhadores, com grande participação e frequentemente em votações maciças, continuam a eleger trabalhadores que se apresentam sob a sigla da unidade. Nos últimos dias, as listas unitárias, que desde o princípio do ano venceram as eleições em 70 por cento dos sindicatos, foram eleitas para as seguintes associações sindicais: Construção Civil do Distrito de Setúbal, Hotelaria de Faro, Indústria Açucareira, Têxteis da Zona Centro, Trabalhadores Agrícolas de Évora e Trabalhadores da Indústria de Conservas do Norte. A semelhança do que sucedera recentemente na Caixa Nacional de Pensões, a unidade saiu também vencedora na Comissão de Trabalhadores da Caixa de Previdência e Abono de Família da Indústria do Distrito de Lisboa.

Com poucas excepções, as listas vencedoras concorreram a perde uma ou mais listas patrocinadas ora pela direita, ora por grupos divisionistas envolvendo critérios partidários, sob o rótulo «reformista», contrários ao reforço da unidade do Movimento Sindical e aos princípios por que se rege e que foram aprovados no Congresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro findo. Essas listas têm saído derrotadas, em muitos casos, por margem bem significativa da implantação dos princípios unitários entre os trabalhadores organizados.

três direcções sindicais afectas ao PPD e cada vez mais inseguras por obra da maioria dos trabalhadores que as põem em cheque em assembleias gerais, tem vindo a somar derrotas sucessivas na sua oposição ao trabalho unitário, que tem dado bons frutos na aproximação e na acção comum de trabalhadores comunistas, socialistas e sem partido.

As votações que aqui nos ocupam apresentam com frequência percentagens reveladoras do êxito dessa aproximação que se reflecte na composição das listas mais votadas e nos seus programas onde o interesse dos trabalhadores figura na primeira linha da acção dos Sindicatos.

Outra das características do avanço e da expansão da unidade é a diversificação dos sectores onde as listas unitárias têm saído vencedoras. Entre os últimos sindicatos onde houve eleições há trabalhadores da indústria, da agricultura e dos serviços.

Centenas de milhares de operários da cidade e do campo, de empregados de escritório, intelectuais, mulheres trabalhadoras e jovens têm feito das eleições sindicais um verdadeiro campo de luta pelo reforço da unidade, através do esclarecimento, da mobilização e do empenho nas grandes tarefas nacionais exigidas pela consolidação da democracia e da via constitucional para o socialismo.

Essa luta continuará e os êxitos não deixarão.

Contrato dos bancários

O PPD INTERVÉM!

Um comunicado da Comissão Distrital de Delegados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, na sequência da moção de censura e desconfiança, a que fizemos referência no «Avante!» da semana passada, reafirma que não são as Comissões de Delegados ou a Assembleia Geral que pretendem sacrificar o Contrato para derrubar a direcção, mas é antes esta que pretende sacrificar os interesses dos trabalhadores para servir os objectivos da CEC — Comissão Executiva de Contratação — situação de tal forma clara que originou a aprovação unânime pelas Comissões Sindicais de Delegados daquela moção de censura pelo seu comportamento e de desconfiança pela sua actuação futura.

O comunicado, aprovado recentemente em reunião de intercomissões de delegados refere-se a um comunicado da direcção e a um comunicado partidário da linha política desta, referenciando aspectos

ligados à negociação da carreira profissional», uma das matérias fundamentais do CCT ainda por negociar assim como as transferências, o horário de trabalho, a Previdência e o regime disciplinar.

Quanto a esse «comunicado partidário» da linha política da actual direcção do Sindicato, o Organismo dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP lembra a todos os camaradas de trabalho que o ataque do PPD aos «bancários comunistas e socialistas, utilizando uma linguagem não só demagógica como falsa», teve origem «na decisão tomada na Assembleia Geral de 26 de Novembro findo que foi uma das Assembleias Gerais mais participadas dos últimos tempos e onde as posições da direcção pãpedista foram estrondosamente rejeitadas pela larga maioria dos bancários presentes».

Esse ataque partidário do PPD, prossegue o comunicado, «não se dirige de facto aos socialistas e comunistas, mas sim

à unidade de todos os trabalhadores (socialistas, comunistas e outros democratas) demonstrada na acção em consequente defesa dos direitos e conquistas do nosso sector profissional».

Depois de denunciarem «os objectivos divisionistas que são apanágio das direcções sindicais amarelas» sob o rótulo de «nova prática sindical» e de «sindicalismo reformista», os bancários

comunistas alertam todos os trabalhadores para que não se deixem confundir, «reafirmando firmemente que não permitirão que a acção desagregadora das forças de direita, cuja expressão máxima no nosso sector tem sido a actividade traiçoeira da direcção do nosso Sindicato, cumpra os seus objectivos de não permitir a reestruturação da Banca e, consequentemente, de atacar a própria nacionalização».

EXPORTADAS PARA A URSS 300 BOBINAS DE CABOS ELÉCTRICOS DE CONTROLO

Na passada semana, foram enviadas para a União Soviética 300 bobinas de cabos eléctricos de controlo, num valor aproximado de 12 mil contos.

Esta encomenda, que representa uma etapa importante nas relações comerciais e na cooperação entre o nosso país e a URSS, foi feita em Maio passado, através da Associação dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico.

A encomenda soviética deu trabalho a três das quatro fábricas portuguesas de cabos eléctricos: à «Cabelt», do Porto,

que procedeu, numa primeira fase, à preparação dos cabos; e à «Cel-Cat» e «Cabos Ávila», que repartiram, igualmente, entre si, os trabalhos da fase de acabamento.

Os cabos eléctricos exportados cobrem uma distância de 300 quilómetros e serão utilizados em regiões sujeitas a baixas temperaturas, tendo por esse motivo sido protegidos por um preparado especial.

De salientar que se trata de segunda encomenda soviética à indústria nacional de cabos eléctricos.



LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL

CAMPANHA DE FUNDOS PARA OS SINDICATOS AGRÍCOLAS DO CENTRO E NORTE

Um apelo da GCTP-Intersindical Nacional a todos os sindicatos deu início a uma campanha de fundos «para o apoio necessário aos nossos camaradas agrícolas do Centro e Norte de Portugal». Numa circular ao Movimento Sindical a Central única informa que as contribuições deverão ser enviadas à CGTP-IN para serem integradas dentro de um programa de apoio mais amplo àqueles Sindicatos dos assalariados rurais criados com enormes sacrifícios e sujeitos a grandes dificuldades.

FERROVIÁRIOS DERROTAM PROPOSTA DIVISIONISTA

A criação de um sindicato paralelo, proposta por uma «assembleia constituinte» apadrinhada por elementos da Comissão de Trabalhadores da antiga Sociedade Estoril, hoje integrada na CP, foi rejeitada sem apelo por folgada maioria. Os trabalhadores da linha de Cascais continuarão a fazer parte do Sindicato dos Ferroviários do Centro com sede em Lisboa.

NA JFS QUINTA TENTATIVA DE DESPEDIMENTO DEPOIS DO REGRESSO DO PATRÃO

Esta vez é Francisco Nunes que está ameaçado de despedimento na Joaquim Francisco dos Santos. Membro da Comissão de Trabalhadores e encarregado da obra de Telheiras, aquele trabalhador é o quinto a ser objecto da repressão patronal a qual se opõem os seus colegas de trabalho e que se destina a desestabilizar a situação na empresa com vista ao seu encerramento — sentido para onde apontam as manobras dos patrões regressados pela mão do ex-Governo do PS na sua actuação contra as empresas intervencionadas.

EM FORMAÇÃO O CONSELHO DE TRABALHADORES DE CASCAIS

Reunidos em plenário os representantes das comissões de trabalhadores e sindicais das empresas mais importantes do concelho de Cascais formaram uma comissão dinamizadora tendo em vista a eleição de um conselho de trabalhadores à semelhança do que já existem noutros concelhos, como o da Amadora, que participou no plenário.

DESPEDIMENTOS ABUSIVOS NA HOTELARIA DE FARO

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Faro acusa as organizações Fernando Barata de «despedimentos abusivos e proibições ilegais de exercício dos direitos sindicais». Confiante, o Sindicato manifesta aos trabalhadores despedidos e transferidos contra sua vontade solidariedade e apoio na luta contra as prepotências e a repressão patronal.

PLENÁRIO DA CGTP-IN DENTRO DE UMA SEMANA

Aberto a todos os Sindicatos, incluindo os não filiados, a CGTP-Intersindical Nacional efectua na próxima quinta-feira, dia 29, um plenário, com início às 11 horas da manhã, na Voz do Operário, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: aprovar o Orçamento da CGT-IN para 1978 e Conselho Nacional do Plano — designação dos representantes sindicais.

PELA SEGURANÇA DOS BANCÁRIOS CONTRA O CRIME

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas vai pedir ao Governo medidas eficazes contra os crimes a que estão sujeitos os trabalhadores seus filiados, o último dos quais levou à morte o caixa móvel António Antunes Pedroso. Num abaixo assinado, os trabalhadores do Banco Pinto de Magalhães da Cova da Piedade reclamam, por seu turno, «a intervenção eficiente das autoridades na salvaguarda das vidas e haveres da população portuguesa e do património nacional».

TRABALHADORES DA CGD CONTRA O ESTATUTO DE MEIO FUNCIONÁRIO

Filiados no Sindicato dos Bancários, os seis mil trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos em todo o País não aceitam «o estatuto de meio funcionário público meio bancário e por isso recusam o Decreto n.º 461/77», que «faculta à administração da empresa a possibilidade de regulamentar actos de natureza laboral, ultrapassando a contratação colectiva do sector bancário», declararam membros do Secretariado Nacional das Comissões Sindicais da CGD em conferência de imprensa.

TRABALHADORES DA TABAQUEIRA OBTÊM UM COMPROMISSO

A Comissão Sindical da Tabacqueira anunciou o fim da paralisação mediante compromisso assumido pelo Conselho de Gerência segundo o qual não admitirá nenhum dos 31 funcionários da Sociedade Ultramarina de Tabacos (SUT) que o MIT queria incorporar na empresa onde apenas 8 dos 183 trabalhadores não aderiram à grande vitória da unidade constituída pela paralisação de uma hora diária desde 7 de Novembro findo.

SALÁRIOS POR PAGAR EM EMPRESAS TÊXTEIS

A empresa têxtil Sociedade Industrial de Gouveia deve aos seus trabalhadores mais de 19 mil contos. Além disso, estavam ainda há dias por pagar os salários de Novembro e não havia garantias do pagamento do mês de Dezembro e do subsídio de Natal. Perante isto, os trabalhadores decidiram encarar a paralisação, ao mesmo tempo que reivindicam nova administração para a empresa onde estão dispostos a investir esses 19 mil contos que lhes devem, a fim de garantirem os 383 postos de trabalho. Situação idêntica se vive no Ernesto Cruz & C., da Covilhã, onde os cerca de 600 trabalhadores aprovaram recentemente uma moção exigindo medidas das entidades competentes com vista ao pagamento de salários em atraso.

almanaque

agenda popular 1978

O ALMANAQUE INDISPENSÁVEL PARA TODOS

* 15 temas políticos da actualidade nacional

MAIS DE 300 ASSUNTOS MAIS DE 300 FOTOGRAFIAS

passatempos * informações úteis

UM ALMANAQUE A CONSULTAR DIA-A-DIA

240 páginas - 95\$00

Em Portimão. DEFESA DAS INTERVENIONADAS

Repudiar a política de devolução das empresas ao patronato que as sabotou, que além de imoral e injusta contraria os interesses dos trabalhadores e da economia nacional, é a primeira das sete conclusões aprovadas no encontro de militantes do PCP das empresas intervenionadas do Algarve, que decorreu recentemente no Centro de Trabalho de Portimão.

Embora «salvaguardando as condições específicas de cada empresa e sector e as diferentes soluções» a encontrar, o comunicado saído do encontro salienta que essas soluções devem sempre «ter em conta a vontade dos trabalhadores, salvaguardando os seus postos de trabalho».

Depois de uma análise geral da situação das empresas intervenionadas no Algarve, nomeadamente o caso da Empreital, «com os trabalhadores forçados a ficar em casa com promessa de salários que não chegam», o comunicado reafirma que «devem ser urgentemente estudados projectos de viabilização e recuperação das empresas em situação mais difícil».

Saliendo a necessidade de «os trabalhadores continuarem a discutir a situação nas suas empresas procurando as medidas e soluções para a resolução dos problemas», o comunicado refere a importância do controlo de gestão e do reforço da unidade contra o divisionismo, concluindo que «só com os trabalhadores é possível o necessário esforço nacional para a recuperação económica e financeira» e uma solução democrática para a crise.



Na vida dura do trabalho rural, a grande maioria dos jovens alentejanos tem aprendido a importância da unidade na luta por uma vida melhor

Assembleia de Montemor-o-Novo

JOVENS RURAIS FIRMES NA LUTA

«Os jovens rurais que viveram e cresceram no meio da miséria sem acesso às escolas, vendendo a força de trabalho a troco de um naco de pão ou ganhando um mísero salário que não dava para sobreviver, para os quais as perspectivas de futuro eram sem esperança» não deixarão vingar os projectos da direita de regresso ao passado fascista. Na sua luta contra os saudosistas dos tempos da exploração e miséria em que a terra repousava inculca ou subaproveitada nas mãos de quem a não trabalhava, os jovens rurais contam com um destacamento de combate, um destacamento de vanguarda: os jovens rurais comunistas que realizaram recentemente uma Assembleia em Montemor-o-Novo, organizado pela UJC.

O objectivo desta assembleia, a primeira dos Jovens Rurais Comunistas do Distrito de Évora foi «a discussão e análise da situação do momento presente na perspectiva de reforçarmos a organização das UCPs e Cooperativas dos Trabalhadores entre todos os jovens rurais e de darmos cada vez um maior contributo na luta pela defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, das liberdades, da democracia rumo ao socialismo». Presentes nesta realização 40 delegados das UCPs e Cooperativas Agrícolas do distrito e 110 convidados. Participando ainda no encontro estiveram António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, A. Carreto, responsável pela organização Regional do Alentejo e António Rufino, membro do CC do PCP, ambos membros da Comissão Executiva da UJC. Os trabalhos durante os quais se procedeu ao balanço da organização da juventude nas UCPs e Cooperativas Agrícolas e à aprovação do documento guia ocuparam todo um dia, tendo-se depois realizado um baile de convívio no qual participaram mais de 200 jovens.

JOVENS NA LUTA POR UM FUTURO DEMOCRÁTICO

Entre 500 mil desempregados que existem no país, 300 mil são jovens. Este facto só por si demonstra como a juventude foi uma das camadas mais atingidas pela «política antijuvenil e antinacional» do Governo cessante e nomeadamente do MAP no que se relaciona com os jovens rurais. «Se a Lei Barreto continuar a ser aplicada serão 17 mil jovens que hoje trabalham nas UCPs e Cooperativas que poderão ficar sem emprego»: esta uma conclusão da Assembleia, que concluiu no documento guia:

«Nós, jovens comunistas, dizemos bem alto que estamos dispostos a lutar lado a lado, com todos os trabalhadores na defesa das UCPs e Cooperativas dos trabalhadores, para que se acabe com o desemprego, a repressão, por melhores condições de vida, para que se forme um Governo Democrático por uma nova política que defenda os interesses dos trabalhadores e as conquistas de Abril».

Neste sentido a Assembleia sublinha a necessidade de lutar para:

— Que pare a ofensiva repressiva contra os trabalhadores e as UCPs e Cooperativas dos Trabalhadores;

— Que seja suspensa e revogada a Lei da Contra Reforma Agrária a Lei Barreto, que visa destruir as UCPs - Coops e lançar no desemprego milhares de trabalhadores. Não tocar na viabilidade económica das UCPs-Coops;

— Que sejam expropriados os 500 mil ha ainda nas mãos dos agrários parasitas. Que seja concedido o crédito às UCPs/Coops para que se permita o aumento da produção e o desenvolvimento da agricultura;

— Que sejam reorganizados os CRRAs, hoje centros de conspiração contra a R.A. e a produção agrícola;

— Que o Estado assegure o escoamento a preços

compensadores dos produtos às UCPs e Coops dos pequenos e médios agricultores para que estes cheguem ao povo a preços baixos.

Considerando a organização dos jovens rurais como uma tarefa prioritária, a Assembleia sublinhou a necessidade de:

«Formar nas Cooperativas Comissões de Juventude abertas à participação de todos os jovens as quais devem ser as dinamizadoras de todas as actividades da juventude;

— Que onde haja condições se forme a nível dos concelhos um organismo coordenador com jovens de várias Cooperativas no sentido de melhor controlar o trabalho das Comissões de Juventude».

Insistindo na necessidade de reforçar e alargar a organização da juventude, «trazer mais jovens à UJC significa reforçar o exército aguerrido da juventude para defender a Reforma Agrária e as conquistas da Revolução de Abril», a Assembleia salientou a importância de:

«— Reforçar a estrutura da organização da UJC de modo a poder responder às actuais tarefas;

— Dinamizar todo o trabalho das células da UJC nas UCPs e Coop e criá-las rapidamente onde não existam».

Um das tarefas imediatas que se colocam aos jovens comunistas é a realização de plenários nas UCPs e Coop. nos quais serão debatidas as conclusões da Assembleia de Montemor-o-Novo com o objectivo de se realizar brevemente um grande encontro regional de todos os jovens rurais do Alentejo.

Como grande conclusão da Assembleia, os Jovens Rurais Comunistas proclamaram:

«A Juventude olha o futuro com confiança. Para que esse futuro seja uma realidade é preciso defender a Reforma Agrária. O futuro pertence ao povo trabalhador e à juventude. As conquistas da Revolução de Abril serão defendidas e aprofundadas, as liberdades democráticas e a democracia serão consolidadas».

O CAMPESINATO EM LUTA

A questão da batata onde a JNF erra as contas...

O preço de garantia fixado pela JNF para a batata de consumo (5\$2) o quilo, tem levantado sérios protestos por parte dos pequenos e médios produtores. Entre outras organizações, a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do concelho de Vila Real, contrariando a posição da JNF que considera que «os preços de garantia determinados a partir dos custos de produção médios nas diversas regiões produtoras não deverão provocar grandes perturbações no mercado, nem deverão servir de estímulo à expansão da área presentemente cultivada da batata», a Liga de Vila Real responde: «Todos nós percebemos o que quer dizer a Junta. Não quer perturbações no mercado, isto é, não quer prejudicar os grandes intermediários e armazenistas, que à nossa custa ganham rios de dinheiro, comprando-nos por "luta e meia" a batata que depois vendem a altos preços aos consumidores». Comentando depois a referência da JNF a um eventual aumento de produção, a Liga de Vila Real afirma que «para fazer o frete aos grandes intermediários importadores a JNF está de acordo em que muitos agricultores portugueses desanimados devido ao baixo preço de garantia deixem de produzir batata e se continue a importar, como aconteceu este ano com a importação da batata de Espanha». Concluindo a sua exposição, a Liga interroga: «Como é quando calculou a Junta o custo de produção da batata na nossa região? Antes dos adubos terem subido 25%? Antes dos pesticidas terem subido 2) % e mais? Antes da batata de semente ter subido cem e mais por cento? A Junta deve ter feito contas, mas deve ter sido há mais de três anos».

Liga de Silves diz não a mais uma taxa!

Reunidos recentemente cerca de duas centenas de agricultores da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Silves decidiram por unanimidade não pagarem a taxa do muro da barragem até que o assunto seja exposto junto das entidades competentes por uma delegação da Liga. Os agricultores de Silves estão já sobrecarregados por duas contribuições: «Uma é a contribuição predial a outra a taxa de exploração e conservação, que tem sucessivamente vindo a sofrer aumentos, os quais são sempre destinados a exploração, amortização e outras despesas afins. Por consequência, esta taxa do muro da barragem, lançada segundo se consta apenas a quatro barragens do nosso país, há cerca de quatro anos e suspensa o ano passado, através de diligências dos agricultores, não têm aos olhos destes qualquer razão para existir».

Foram ainda debatidos problemas referentes à Cooperativa Agrícola de Silves e à Liga, tendo-se reafirmado que esta organização não toma qualquer posição religiosa ou partidária sendo o seu objectivo unicamente o da união dos agricultores como único meio viável para a solução dos seus problemas».

Não ao regresso das «meias»! Não aos despejos de rendeiros!

A ofensiva dos senhorios reacção intensifica-se em diversas zonas do país. Animados pela nova Lei do Arrendamento Rural elaborada pelo PSD, que passou na Assembleia com o apoio do CDS e do PS e a rejeição veemente do PCP, os senhorios multiplicam os despejos dos rendeiros e pretendem ressuscitar o processo de pagamento da renda a meias. Quando os rendeiros recusam este tipo de pagamento, os senhorios utilizando a violência obrigam-nos a abandonar as terras que depois nas suas mãos são deixadas a monte. Isto verifica-se particularmente no norte e centro do país. Desta ofensiva resulta que nestes últimos cinco meses se verificaram mais despejos do que em 10 anos!

População de Fânzeres ergue-se contra violência de senhorio

No distrito do Porto, lugar de Felga, Fânzeres, concelho de Gondomar, a população ergueu-se em peso para evitar o despejo do caseiro Arnaldo da Silva, de 72 anos e com 8 filhos. A coberto de uma acção judicial, o senhorio Serafim Martins Vieira pretendia expulsar este caseiro da terra que trabalha há mais de 50 anos. Mesmo acompanhado por uma força da GNR, o senhorio não pôde vencer a solidariedade da população deste lugar.

Em comunicado à população, a Comissão de Freguesia de Fânzeres do PCP condena a acção dos senhorios ricos e absentistas nestes termos: «É a isto que leva a lei dos senhorios ricos, a lei do PPD, que na Assembleia da República teve o apoio do CDS e do PS».

Agricultores de Campo Maior têm 60 mil litros de vinho por armazenar

Os agricultores da Cooperativa Agro-Campo Maior estão a sofrer os efeitos da entrega do lagar da sua cooperativa ao agrário Telo da Gama, decidida pelo MAP no passado mês de Maio.

Assim 430 pequenos e médios agricultores encontram-se a braços com o problema de armazenagem de 60 mil litros de vinho resultantes do tratamento de 88 mil quilogramas de uva. Eis mais uma das façanhas do MAP cujos resultados perniciosos são suportados unicamente pelos pequenos e médios agricultores.

Rendeiros exigem que o MARN seja ouvido

Reunidos em Coimbra, rendeiros da Lousã e de Condeixa decidiram reivindicar a revogação dos artigos 17.º, 18.º e 19.º da actual Lei do Arrendamento Rural, considerando esta revogação fundamental para que lhes seja minimamente assegurada a estabilidade e segurança de trabalho como estipula a Constituição. Quanto às tabelas de rendas máximas, cuja publicação consideram urgentes, os rendeiros exigiram que o MARN seja consultado a este respeito. A necessidade de criação do seguro das culturas foi outro dos pontos abordados neste encontro no qual mais uma vez foi manifestada a vontade dos rendeiros reforçarem a sua unidade na luta pelos seus ameaçados interesses.



Um dos muitos aspectos positivos da Reforma Agrária tem sido a colaboração entre os trabalhadores agrícolas das UCPs e Cooperativas com os pequenos e médios agricultores...

Depoimentos

TRABALHADORES DAS UCPs E CAMPONESES: UMA ALIANÇA QUE URGE FORTALECER

Contra todos aqueles que procuram dividir os pequenos e médios agricultores dos seus aliados naturais, os assalariados agrícolas e os trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas ergue-se a voz de camponeses pobres e de trabalhadores das herdades colectivas testemunhando uma aliança de cujo reforço depende em grande parte a derrota da reacção, a conquista de uma vida melhor nos campos.

Um pequeno agricultor da Cooperativa Agrícola "19 de Maio" de Vila Verde de Ficalho, Serpa:

— O governo não nos ajudou e tudo fez para que deixemos de existir como se nós não fôssemos portugueses. No entanto nós estamos confiantes e embora o governo não tivesse participado com os trabalhadores na recuperação económica do país, o certo é que nós, pequenos agricultores, temos ido resolvendo alguns dos nossos problemas com a ajuda da Unidade Colectiva de Produção "Os Arralanos Avancam". Pois gostaríamos de salientar

aqui que, no campo da aliança entre pequenos camponeses e trabalhadores rurais, algo de importante já se fez. A cooperativa possui um lagar onde em dois anos de actividade moeu cerca de 300 mil quilos de azeitona de pequenos agricultores. Todos os anos são postas ceifeiras da UCP a trabalhar para os camponeses a preçõs mais baixos que os praticados pelos alugadores de máquinas. E para terminar não queria deixar de salientar a ajuda ultimamente levada a efeito

quando da campanha dos alqueives, em que um tractor oferecido pela União Soviética trabalhou 214 horas para os pequenos agricultores, pagando estes apenas o gasóleo e o ordenado de dois tractoristas que andavam com ele. Pois que fique bem claro que a pretensão de dividir os pequenos agricultores nunca será uma realidade, pois a aliança que começa a existir entre trabalhadores rurais e pequenos agricultores reforçará a sua unidade».

UM TRABALHADOR DA UCP "SEM MEDO" DE CORUCHE:

— No que toca à cooperação das Unidades Colectivas de Produção com os pequenos e médios agricultores, esta tem-se realizado. As UCPs ajudam os pequenos agricultores na ceifa e noutras tarefas, na reparação de barragens no fornecimento de sementes, na venda de gado em boas condições, etc.

Em 1976, duas ceifeiras debulhadoras da UCP "Águas Belinhas" e da UCP "Amoreira Alta" (destruída pela aplicação de reservas

foram para o concelho de Montemor-o-Velho ceifar o arroz dos pequenos agricultores, durante mais de um mês, pagando estes só o transporte das máquinas, o gasóleo e a alimentação dos tractoristas.

É igualmente de realçar a assistência veterinária dada na freguesia do Couço onde o veterinário, que está ao serviço das Unidades Colectivas e pago por elas, faz serviço para os

pequenos agricultores, não pagando estes nem consulta, nem deslocação mas unicamente o preço dos medicamentos.

Se soubermos desmascarar as manobras da reacção, poderemos reforçar a nossa aliança com os pequenos e médios agricultores, seareiros e rendeiros, pois estes, tal como nós, têm bastante a beneficiar com a defesa e consolidação da Reforma Agrária».



...Colaboração que se tem traduzido na utilização da maquinaria das UCPs e Cooperativas pelos pequenos e médios agricultores, os quais contam ainda com o apoio na venda a crédito de gados, para além de outros serviços agrícolas que constantemente são prestados de parte a parte, numa prova de grande unidade

UM TRABALHADOR DA UCP "UNIDADE DOS TRABALHADORES"

— Quando os pequenos e médios agricultores tinham o crédito cortado para compra de gado, nós os "malandros" dos trabalhadores, como diz o MAP, decidimos em plenário vender novilhos aos pequenos e médios agricultores, com pagamento a ser efectuado depois da engorda. Também todas as máquinas e alfaias agrícolas da nossa UCP estão à disposição dos pequenos e médios agricultores e estes têm-nos utilizado nos mais variados serviços agrícolas, dos quais destacamos: sementearias, transportes e arranjo dos olivais. Mais: na campanha da apanha da

azeitona, esta UCP pôs à disposição dos mesmos todo o pessoal necessário, para que possam levar a bom termo e não serem prejudicados na demora da colheita dos frutos. O caso que nós, trabalhadores, consideramos mais importantes é a concessão de terras para que os pequenos e médios agricultores possam sementear cevadas e aveias para a manutenção dos seus gados, evitando assim que os mesmos caiam nas mãos de certos intermediários. Os pequenos e médios agricultores adquiriram por intermédio desta UCP fardos de palha a 30\$00

cada, quando no mercado normal o preço era de 50\$00 neste concelho.

Fazendo um balanço do que tem sido a nossa interajuda e de tudo o que acabamos de referir, verificamos com muito agrado a parte positiva desta aliança, pois antes pequenos e médios agricultores tinham um certo receio de se aproximarem e unirem os seus interesses globais e até particulares e hoje esse receio vem desaparecendo e cada vez mais o seu número aumenta, contribuindo assim para que a nossa aliança se torne mais sólida».

No Natal
ofereça prendas
das
POPULARES LIVRARIAS
Desenhos da Prisão
Álvaro Cunhal
25 desenhos a lápis e carvão

PARA SAIR DA CRISE UMA SOLUÇÃO

A NOSSA!

2ª edição

256 págs. 60\$00

Exposição-Venda de Natal

PARA OS TEUS FAMILIARES,
PARA OS TEUS AMIGOS
AS MELHORES OFERTAS

Centro de Trabalho do PCP de Alcântara | Centro de Trabalho do PCP do Beato
Rua de Alcântara, 27-1.º | Calçada D. Gastão, 15-1.º
Centro de Trabalho do PCP de S. Bernardo | Centro de Trabalho do PCP da Previdência
Rua de S. Bernardo, 14 | Largo Trindade Coelho, 9-1.º
Arredores de Lisboa — Nos Centros de Trabalho de:
AMADORA/SACAVÉM/CASCAIS/OEIRAS/ALGÉS

PLENÁRIO DA FEPU NO DISTRITO DE ÉVORA

Realizou-se no passado sábado, em Évora, o plenário distrital dos eleitos da FEPU nos diversos órgãos autárquicos dos 14 concelhos do distrito, que contou com a presença de presidentes de Câmaras, Juntas de Freguesia e de Assembleias, vereadores de Assembleias Municipais e de Freguesia e ainda, como convidados, elementos não eleitos que participaram das listas da FEPU e representantes do STAL e de diversas outras organizações de trabalhadores.

Os trabalhos do plenário integram-se na preparação, a nível do distrito de Évora, do Encontro Regional da FEPU dos três distritos do Alentejo, a realizar em 22 de Janeiro próximo.

O plenário procedeu ao levantamento de experiências e realizações efectuadas durante o primeiro ano de participação dos eleitos da FEPU na administração dos novos órgãos de poder local democrático, o que permitirá à Comissão organizadora do Encontro Regional completar a soma de informações necessárias à sua preparação.

Diversas intervenções colectivas e individuais deram conta de experiências ricas, de projectos e de dificuldades com que as autarquias se debatem, reforçando-se a ideia da necessidade de íntima ligação com as populações, impulsionando e aproveitando a criatividade e esforço popular.

No final, o plenário discutiu ainda a crise política que o país atravessa, expressando a convicção de que a superação da crise só poderá ser alcançada a partir de uma plataforma política democrática que integre e permita fazer cumprir os princípios consignados na Constituição da República.

Na Câmara de Aveiro

Os vereadores do CDS exemplificam o que pensa a direita (saudosa de Salazar e Caetano) sobre o exercício das liberdades e o cumprimento da Constituição

A Câmara Municipal de Aveiro, que é presidida por um elemento do CDS, enviou recentemente à respectiva Assembleia Municipal um anteprojecto de postura sobre publicidade que, segundo os seus autores, deveria passar a "regular" toda e qualquer forma de expressão.

Independente da deliberação que a Assembleia Municipal de Aveiro tenha tomado em relação ao referido anteprojecto de postura, importa chamar a atenção do público em geral e das entidades oficiais competentes em particular para a inadmissível ilegalidade que a Câmara de Aveiro, através da maioria reaccionária que adomina, pretende "legalizar".

Com efeito, o CDS, o "democrático", "pluralista" e "respeitoso cumpridor da legalidade" CDS, pretende nada mais nada menos que a utilização de espaços que se situem ou sejam visíveis da via pública, incluindo os localizados sobre veículos, para fins publicitários, passe a depender de licença municipal. Quer se trate de publicidade comercial ou não.

Para não deixar lugar a confusões, o anteprojecto de postura esclarece que se entende por publicidade tanto a difusão de inscrições, tabuletas, anúncios, cartazes, panfletos ou outros objectos, como a utilização de meios mecânicos ou eléctricos emissores de imagem ou sons destinados a atrair a atenção. Mais esclarece ainda que integram o conceito de via pública as ruas, avenidas, praças, estradas, caminhos e quaisquer lugares por onde transitam livremente veículos ou peões.

Trocando por miúdos estas disposições (para os que pensam ter entendido mal), pretende o CDS da Câmara de Aveiro que toda e qualquer "publicidade" passe a depender da autorização do presidente da Câmara (a quem devem ser dirigidos os pedidos

de licenciamento ou de aprovação). Significa que as organizações políticas, sociais e culturais não poderão exercer livremente o seu direito, consignado na Constituição da República, de liberdade de informação e de expressão. Significa que a Câmara de Aveiro, presidida pelo CDS, se pretende arvorar o direito de legislar ("regular" como se diz) sobre uma matéria — direitos, liberdades e garantias — que é da exclusiva competência da Assembleia da República, como expressamente está definido na alínea c) do artigo 167.º da Constituição.

Significa ainda este anteprojecto que o CDS, desta vez em Aveiro, pretende fazer letra morta da Lei Geral da República e, quem sabe se num rasgo de saudade por tempos passados, ditar as suas próprias leis.

O CDS E A ESTÉTICA

Mas não se fica por aqui este elucidativo exemplo da "democracia" e do "respeito pela legalidade" tão apregoados pelos centristas. A postura a que nos vimos referindo prevê igualmente a concessão, mediante concurso público (!!) do exclusivo (monopólio) da afixação de cartazes nas vedações, tapumes, muros,

paredes e locais onde não esteja interdita (expressamente ou pelo presidente CDS) tal afixação. Essas licenças seriam concedidas pelo prazo máximo de um ano.

A mera afixação de cartazes, segundo a postura, ficaria dependente de comunicação escrita à Câmara, acompanhada de dois exemplares, efectuada com pelo menos 24 horas de antecedência.

Não se pense que a licença para afixação dos cartazes seria, como costuma dizer-se, "favas contadas", desde que cumpridos os requisitos anteriores. Nada disso.

E então a estética?... O CDS não ia descurar a estética... É claro que nenhuma propaganda seria aprovada desde que susceptível de provocar obstrução de perspectivas panorâmicas de valor ou afectar a estética ou o ambiente dos lugares ou da paisagem (alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º da referida postura). Evidentemente!

O facto do conceito de estética ser extremamente subjectivo não vem para o caso. É evidente que se o CDS considerasse que um cartaz do PCP prejudicava a estética numa praça pública a questão seria facilmente resolvida — não "autorizava" a colagem do cartaz e pronto. Por uma questão de estética... E se um cidadão considerasse

que uma faixa (ou qualquer outra forma de propaganda) colocada em frente da sua janela lhe prejudica a visibilidade? Como é? A questão também se resolve, pois o CDS pensou em tudo.

De acordo com o artigo 7.º da postura a que nos vimos referindo, os "anunciadores e seus mandatários, sejam ou não empresas de publicidade, são solidariamente responsáveis pela indemnização dos prejuízos causados a terceiros por essa publicidade".

Por outro lado, quem não reparou já nas paredes cobertas de cartazes que se foram sujando e rasgando com o tempo, ou mesmo que mãos desconhecidas intencionalmente danificaram? Os resultados não são brilhantes; pode mesmo dizer-se que resulta muito feio. Que decide então o CDS? Muito simplesmente que os "titulares das licenças de publicidade são obrigados a manter os objectos publicitários em bom estado de conservação e limpeza". Estamos já a imaginar o PS a contratar brigadas de defesa dos seus cartazes (para que os não rasquem), armados de panos e detergentes para os manterem limpos de poeira, lama e similares. Daqui a algum tempo (se tal se concretizasse) ninguém deixaria de dizer que a nossa

propaganda (se restasse alguma) era a mais limpa da Europa!

AVEIRO, BARRICADA DO CDS?

É por demais evidente que o CDS não podia deixar de prever as eventuais infracções a esta postura. Assim, os infractores seriam punidos com multa de cinco mil a cinquenta mil escudos, agravada para o dobro em caso de reincidência!

Claro que, entretanto, a Câmara Municipal poderia promover a retirada de publicidade (leia-se propaganda) actualmente existente, sem prejuízo das indemnizações a que eventualmente haja direito, a fim de dar satisfação aos fins prosseguidos por esta postura.

No fim de tudo isto, quem terá dúvida de quais são esses fins? Através de uma postura camarária digna dos maiores louvores do fascismo e que fará mesmo inveja aos ministros de Salazar por não se terem lembrado de a pôr em prática (afirmando, já se vê, a "enorme" liberdade de expressão existente sob a ditadura), o CDS procura de uma só penada liquidar em Aveiro um dos mais elementares direitos dos cidadãos portugueses. Em nome da democracia, da liberdade, do pluralismo, da estética — da limpeza! Em nome de tudo o que possa servir para mascarar a opressão de que está sedento; em nome de tudo o que possa servir para calar a voz dos trabalhadores, da democracia, da liberdade.

Que se saiba, a Constituição é para se cumprir. Também em Aveiro, a saber: Aveiro é apenas um exemplo da política que a direita pretende.

Como Marcelo Caetano, também Freitas do Amaral, seu discípulo e seguidor, nos deixaria, se pudesse, a "suprema" liberdade de pensarmos. Calados!

COM EDITAIS OU ARRUAZEIROS REACÇÃO ATACA AS LIBERDADES

Em Penafiel, um grupo de arruaceiros ameaçou camaradas que colavam cartazes anunciando o comício no Palácio. No Porto, 18 cidadãos foram detidos pela PSP quando realizavam a mesma tarefa.

Como denuncia um documento divulgado pela Comissão Concelhia de Penafiel do Partido, entre o grupo de arruaceiros que proferiu ameaças de morte contra os nossos camaradas, destacaram-se Joaquim Manuel Rodrigues Luis e o Costa.

Enquanto o primeiro confessou na presença da PSP "já ter morto vinte pessoas", o segundo é um desordeiro conhecido e participou activamente no assalto à sede do Partido naquela cidade.

Urge repor a legalidade democrática e o respeito pela Constituição. É mais que tempo de a maioria dos vereadores da Câmara Municipal do Porto arrear caminho e revogar a sua decisão inconstitucional. É mais que tempo de os marginais

e arruaceiros que violam a ordem e a legalidade democráticas, assaltando e pilhando sedes dos partidos, espancando cidadãos, destruindo à bomba vidas humanas e bens tenham merecido castigo.

Os militantes, simpatizantes e amigos do Partido, juntamente com os outros democratas, continuarão firmemente a exercer as liberdades democráticas definidas e consignadas na Constituição.

FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA REPUDIA «POLÍTICA DE ASFIXIA»

A nova reestruturação do MEIC para as Faculdades de Letras do País introduz uma licenciatura, com duração de quatro anos, mas sem uma clara definição profissional. Além disso, os alunos de Letras ficarão, a partir de agora, em franca desvantagem com os licenciados das novas Universidades de Braga e Aveiro, onde a inclusão de uma unidade pedagógica e do estágio curricular lhes possibilita uma entrada imediata no Ensino como efectivos.

Palavras do dr. José Adragão, presidente do Conselho Directivo (CD) da Faculdade de Letras de Lisboa (FLL), pronunciadas durante uma Assembleia Geral de Escola (AGE) que decorreu recentemente, e que teve como principal objectivo debater o problema da contratação de docentes (ver "Avante!" de 24 de Novembro) e o projecto de reestruturação proposto pelo MEIC de Cardia.

Aquele projecto, anunciado em 23 de Outubro de 1976, pelo Decreto-Lei 769-B/76, foi acompanhado pela criação de Comissões Científicas Interuniversitárias,

constituídas por elementos nomeados pelo Ministério. O plano de estudos inserido no projecto, que foi recentemente apresentado às escolas, e cujos fundamentos teóricos são completamente desconhecidos dos Conselhos Pedagógico e Científico da FLL, constitui, na prática, um autêntico retrocesso pedagógico no ensino: retira instrumentos de análise teórica, extingue cadeiras de carácter sociocultural ou histórico, reduz o leque de opções, levanta velhos anacronismos, põe em causa a unidade pedagógica e a gradual aquisição de conhecimentos adquirida pelos estudantes após o 25 de Abril. Mas a incoerência da reestruturação do MEIC não fica por aqui: nos cursos de História, Filosofia e Geografia são introduzidas novas cadeiras — umas são de difícil definição de objectivos e métodos; outras modificam o próprio sentido da orientação pedagógica específica de cada curso. Por outro lado, o plano ministerial inclui cadeiras que, pela sua quase nula importância, haviam sido integradas como temas (pontos do programa) de outras cadeiras. Outras

exigem professores especialmente preparados, em vários caos, até nem haverá no País...

SAÍDAS PROFISSIONAIS CADA VEZ MAIS DIFÍCEIS

No decorrer da referida AGE, o dr. José Adragão afirmou, ainda, ao condenar a política de asfixia do MEIC deseja impor a Letras: Sem o grau de bacharelato, os nossos cursos tornam cada vez mais difíceis as saídas profissionais para o Ensino Secundário, critério, aliás, que está em conformidade com a recomendação do Banco Mundial para limitar o número de docentes do País.

Para além disso — prosseguiu — com a fixação do "numerus clausus" para os cursos de pós-graduação, o Ministério admite que, de futuro, o acesso à investigação e à carreira docente universitária seja um luxo para um número muito restrito de privilegiados.

Entretanto, num ofício dimanado da Direcção-Geral do Ensino Superior, enviado para a FLL em 24 de Novembro, informa-se os órgãos da escola (Conselhos Científico e Pedagógico), que lhe é concedido um prazo até ao próximo dia 31 para enviar os pareceres e exposições que julguem de interesse, sobre o projecto de reestruturação, documento este que lhes é dado a conhecer através do mesmo ofício. Porque o prazo foi considerado excessivamente curto para este trabalho de análise, tendo em atenção o período de férias do Natal (18 de Dezembro a 4 de Janeiro), a AGE decidiu exigir do MEIC um prazo alargado, até 28 de Fevereiro.

Segundo outra deliberação da AGE, os Conselhos Pedagógico e Científico devem solicitar ao MEIC os fundamentos teóricos do plano de estudos. A discussão do projecto de reestruturação será objecto de diversas reuniões de curso

e de turma em Janeiro, após as férias.

CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES

No que respeita à contratação de professores (a FLL necessita de 40, facto que tem mantido mais de 2 mil alunos sem aulas), foram aprovadas várias propostas e moções, tendo, no final, sido apoladas por unanimidade as posições do Conselho Pedagógico, as quais exigem, entre outros pontos, o alargamento da verba com que foi dotado, este ano lectivo, o orçamento da escola, que, saliente-se, não só não foi beneficiado como foi mesmo substancialmente reduzido.

Apontando o MEIC como o principal responsável pela degradação pedagógica e pela diminuição da qualidade de ensino, que se repercutirão no final do ano, quando for necessário recorrer às "passagens administrativas" por falta de docentes, a AGE de Letras

exigiu a contratação até 15 de Janeiro próximo dos docentes necessários ao normal funcionamento da escola.

No final de Janeiro, realizar-se-á nova AGE para analisar a situação relativamente àquele problema.

1300 ALUNOS SEM AULAS NA ESCOLA PREPARATÓRIA DE PORTIMÃO

A situação que se vive na Escola Preparatória de Portimão é um dos muitos exemplos de degradação de instalações escolares. Este ano ainda não abriu. No ano passado funcionou com material didáctico (em muito más condições) cedido pelos liceus de Beja e Loulé. Dois pavilhões inacabados sem vistoria nem entrega oficial, sem salas divisórias nem persianas, foram utilizados como instalações. Presentemente, a situação não

é muito melhor: existem cinco pavilhões inacabados e não entregues; a ligação da instalação eléctrica não foi feita; o mobiliário só recentemente começou a chegar à escola; o material "didáctico" resume-se aos quadros pretos...; o pessoal auxiliar, que devia exercer as suas funções em sete pavilhões, é constituído por dez empregados...; a cantina só começou a funcionar em Março de 1978...; etc.

Perante esta grave situação, cujo principal responsável é o MEIC, os Conselhos Directivo e Pedagógico decidiram, tal como foi divulgado em conferência de imprensa, na passada semana, convocar uma reunião de escola, no decorrer da qual foi constituída uma comissão, escolhida para o efeito, para elaborar um memorando contendo as reivindicações da escola, documento que será entregue nas Direcções Gerais do Ensino Básico e do Equipamento Escolar.

CAMPANHA DE RECRUTAMENTO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS

No âmbito do seu 1.º Congresso, a realizar em 21 e 22 do próximo mês de Janeiro, a União dos Estudantes Comunistas (UEC) promoveu, como temos vindo a divulgar, uma campanha de recrutamento até à data do Congresso, subordinada ao lema "Por uma Escola para a vida no Portugal de Abril" e cuja meta é a aderência de 1500 novos militantes (300 do Ensino Superior e 1200 do Secundário).

Depois de sublinhar que as fichas de inscrição dos novos membros devem ser rapidamente dirigidas à comissão executiva da campanha, um artigo publicado na última edição da "Linha Geral", revista da UEC para a juventude estudantil, salienta: Há que

incansavelmente recrutar, trazer mais e mais estudantes para a UEC. A diferença entre o número de recrutamentos feitos no Ensino Superior e Secundário embora se possa justificar pelo atraso no início das aulas (no Superior) impõe que as organizações do Ensino Superior imprimam um novo ritmo à campanha, programando grandes e pequenas iniciativas de conteúdo diversificado e controlando com rigor a evolução das metas definidas.

Referindo-se à posição dos estudantes simpatizantes da UEC, cujo número se tem alargado, aquele artigo da "LG" afirma: Muitos estudantes de esquerda que trabalham

conosco e votam nas listas dinamizadas por militantes da UEC querem, contudo, manter-se independentes. A estes há que dizer que o seu contributo pessoal na luta por objectivos justos e progressistas sairá muito mais rico e ganhará maiores dimensões se organizado, e trabalhando activamente na UEC.

A terminar, sublinha que já estão criadas condições para que a campanha venha a constituir um verdadeiro êxito, destacando a utilização directa de formas de agitação, propaganda e esclarecimento para a criação nas escolas de um clima de opinião favorável à vinda de mais e mais estudantes para a UEC.

AUTARQUIAS DE NORTE A SUL

Assembleia Municipal da M. Grande aprova vereadores a tempo inteiro

Na reunião ordinária da Assembleia Municipal da Marinha Grande realizada no final do passado mês de Novembro, em que começou a ser apreciado o plano de actividades e o orçamento do município para o próximo ano, aquele órgão autárquico aprovou a designação de dois vereadores a tempo permanente, de acordo com o previsto na nova Lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais.

Para além de uma moção de repúdio pelas manifestações fascistas realizadas no Porto e em Lisboa, aprovada pelos eleitos da FEPU e do PS (com a abstenção do único elemento do PSD), a Assembleia da Marinha Grande viria a aprovar por unanimidade uma outra moção, em que é exigida a rápida discussão, aprovação e publicação da lei das finanças locais, já que sem ela o município continuará sem saber onde e quando ir buscar os necessários meios financeiros para solucionar um incalculável número de problemas com que a população se debate e que os responsáveis autárquicos marinhenses querem resolver com ela.

Entretanto, a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande aprovou por seu turno o orçamento e plano de actividades para 1978, propostos pela respectiva Junta de Freguesia. Nesta reunião foi igualmente debatida a questão da demarcação das áreas territoriais das organizações populares de base territorial, a requerimento das Comissões de Moradores do concelho e do seu Secretariado Coordenador, cujos elementos participaram, nos termos legais, nos trabalhos da Assembleia de Freguesia.

Eleitos da FEPU no Barreiro prescindem de benefícios

Na última sessão pública da Câmara Municipal do Barreiro os eleitos da FEPU naquele município, conscientes do papel que desempenham perante as populações e partindo do princípio de que ninguém deve ser beneficiado para servir o povo a que pertencem, decidiram prescindir do valor das senhas de presença a que legalmente têm direito pela sua participação em reuniões da Câmara.

Os membros da FEPU em regime de permanência decidiram, por sua vez, prescindir da diferença entre os vencimentos que auferem na sua actividade profissional e os vencimentos a que têm direito pela Câmara. Os valores das diferenças de vencimentos e das senhas de presença serão depositados numa conta bancária e destinar-se-ão a realizações de carácter colectivo de interesse para as populações daquele concelho.

E também em Palmela

Os eleitos da FEPU na Câmara Municipal de Palmela prescindiram igualmente das senhas de presença desde o passado mês de Setembro. O presidente da Câmara, também eleito pela FEPU, que desempenhando as suas funções a tempo inteiro não tem direito a senhas de presença, decidiu solidarizar-se com esta iniciativa, que reverte a favor do asilo de Palmela, contribuindo com mil escudos do seu vencimento.

Vereador do PSD perde mandato

Enquanto no encontro de autarquias locais do PSD, realizado no passado sábado em Lisboa, se reafirmava a «firme determinação» dos militantes daquele partido «de dar ao poder local a força e a importância que ainda não têm, de modo a que o poder não esteja apenas no Terreiro do Paço mas desça aos concelhos e freguesias do País», um membro do PSD (António Patrício Gomes) perdeu o mandato na Assembleia Municipal de Coruche em virtude de ter esgotado o número de faltas legalmente permitido.

Esta perda de mandato é um exemplo bastante elucidativo do interesse dos «sociais democratas» pelos problemas das populações que neles votaram. Já agora, sempre gostaríamos de saber se é desta forma que o PSD pensa «ultrapassar a democracia de palavras» e chegar a uma «democracia de realidades», como foi afirmado no referido encontro de Lisboa... Não deixaria de ser original!

A. Municipal de Coruche aprovou plano para 78

A Assembleia Municipal de Coruche prossegue entretanto a sua actividade, tendo aprovado, com duas abstenções, o plano de actividades e o orçamento para o próximo ano e eleito o seu representante à Assembleia Distrital.

Na mesma reunião deste órgão autárquico foi ainda aprovada uma moção salientando a necessidade urgente da publicação de legislação sobre as finanças locais e uma outra alertando as entidades responsáveis para a urgência da institucionalização das Regiões Administrativas.

No final da reunião da Assembleia Municipal o presidente da Junta de Freguesia de Coruche (da FEPU), foi provocado e ameaçado por um conhecido provocador local (Manuel Simões). Curiosamente, fazia precisamente um ano que aquele mesmo elemento da FEPU havia sido agredido por um outro conhecido reaccionário. Será que os provocadores decidiram «comemorá-lo» os «eleitos» que impunemente cometeram? O caso, presenciado pelo presidente da Câmara Municipal de Coruche e por um outro membro da Assembleia Municipal, foi entregue à GNR local. Fica-se à espera do resultado.

A Câmara de Portimão não precisa de vereadores?

Malgrado os esforços desenvolvidos pelos elementos da FEPU, a Câmara Municipal de Portimão decidiu (por maioria PS, PSD) propor à Assembleia Municipal, a nomeação de apenas um vereador a tempo inteiro, quando por lei poderiam ser designados dois vereadores.

Num comunicado recentemente distribuído a FEPU manifesta a sua preocupação por tal facto, dadas as enormes tarefas a desenvolver pela Câmara e as dificuldades que esta tem encontrado para responder às graves carências da população do concelho.

Considerando estranha a posição dos eleitos do PS e do PSD, que sobejamente conhecem os reais problemas existentes, a Comissão Coordenadora Concelhia da FEPU manifesta séria preocupação pela ligeireza com que tal assunto foi debatido na Câmara, esperando contudo que os interesses da população e do concelho acabem por prevalecer.

Cruz Quebrada vai ter transportes

Em plenário de moradores da Cruz Quebrada, realizado na passada sexta-feira, ficou finalmente resolvido o problema da carreira de eléctricos até aquela localidade. Recordar-se que desde o assassinio dos dois funcionários da Carris ocorrido há tempos naquela linha, os eléctricos deixaram de servir a Cruz Quebrada, indo apenas até ao Dafundo, o que obrigava a população ali residente a ter de efectuar o resto do percurso a pé, com todos os inconvenientes e riscos que isso acarreta a partir de certa hora da noite.

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO

n.º 19

pequena biografia de

FRIEDRICH ENGELS

edições Avante!

CDL a distribuição

por EUGÉNIA STEPÁNOVA



Pelas suas justas reivindicações

PROFESSORES DA GRANDE LISBOA APROVARAM UM PLANO DE LUTA PARA O MÊS DE JANEIRO

Reunidos em plenário na passada semana, os professores da zona da Grande Lisboa decidiram, por maioria, marcar para 31 de Janeiro um dia de paralisação...

a convocação de uma conferência de imprensa para o próximo dia 9 de Janeiro; no dia 10, realiza-se a primeira jornada de luta...

a forma de paralisação no dia 31. O plenário dos professores da Grande Lisboa manifestou também a intenção de lutar pela impugnação da portaria 751/77...

NÃO À BOMBA DE NEUTRÕES!

Quando em Julho de 1977 o Governo americano decidiu dar início ao processo de produção e armazenamento da Bomba de Neutrões, o mundo indignou-se numa imensa vaga de protestos...

progresso, como tudo o que até hoje foi alcançado nesse campo.

O DESANUVIAMENTO E O DESARMAMENTO POSTOS EM CAUSA

A vontade de Paz e a luta do Movimento Mundial da Paz conseguiram muito, tendo sido dados nos últimos anos passos construtivos. Foram assinados vários tratados e acordos...

Para além destes e outros tratados internacionais, assinaram-se ainda importantes acordos bilaterais, como aquele que foi assinado entre a URSS e os EUA em 1971...

A bomba de neutrões vem pôr em causa tudo isto, perfilando no horizonte a ameaça dum retorno ao clima da "guerra fria" e da corrida aos armamentos.

NÃO À BOMBA DE NEUTRÕES!

É esta arma que o Governo dos Estados Unidos da América pretende produzir e introduzir na Europa através da NATO. É esta a contribuição da administração Carter para a Paz e o Desanuviamento...

O Mundo inteiro levantou-se num protesto clamoroso para impedir esta ameaça à vida e à própria sobrevivência da espécie humana. Da Áustria, da Bélgica, de Chipre, da Finlândia, da RDA, da RFA, dos Estados Unidos da América, da União Soviética...

A bomba de neutrões não pode existir.

O QUE É A BOMBA DE NEUTRÕES?

A bomba de neutrões é uma nova arma de destruição massiva, mais perigosa do que todas as armas nucleares construídas e utilizadas até hoje...

Os peritos de técnica nuclear consideram esta bomba particularmente perigosa, dada a sua simplicidade de utilização e o facto de ter consequências ainda mais terríveis e mais graves para a vida do que as armas nucleares tradicionais.

Por outro lado como não há uma explosão forte, os resíduos radioactivos da bomba de neutrões ficam numa zona próxima do ponto de explosão...

Uma arma que mata seres humanos em massa? Só um cinico ou pervertido mental pode considerar como "limpo" infligir uma morte dolorosa...

Esta selectividade agravada para os trabalhadores-estudantes, cujas aulas ainda não começaram mas que se anuncia serem transmitidas à noite, pelo segundo canal da TV, que abrange menos de um terço do País (!)

UMA ARMA "LIMPA"

A máquina de propaganda militarista norte-americana realça desusadamente a particularidade da bomba de neutrões poupar os edifícios



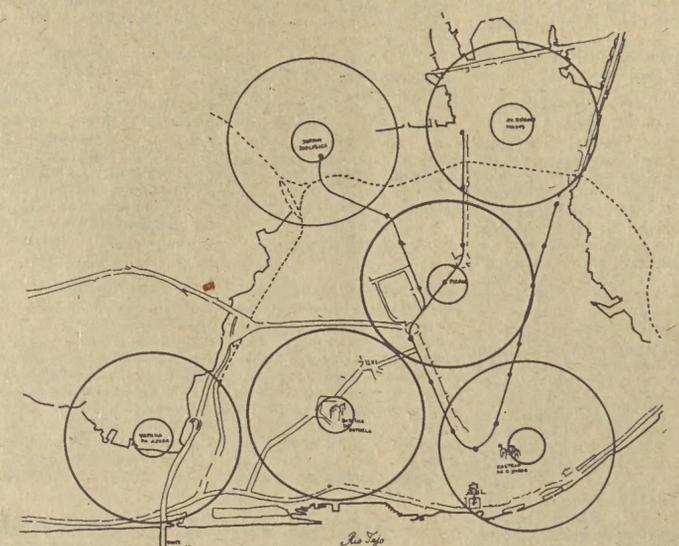
É VIZINHO, PARA SI O QUE É MAIS HUMANO? A BOMBA ATÓMICA CLÁSSICA, OU A BOMBA DE NEUTRÕES???



Os humoristas, com um riso amargo, contribuíram também na campanha que a nível internacional se ergue contra a bomba de neutrões que o imperialismo americano decidiu fabricar



SE LISBOA FOSSE ATACADA COM A BOMBA DE NEUTRÕES



Toda a população de Lisboa poderia ser aniquilada por cinco a seis pequenos foguetões Lance equipados com bombas de neutrões. As destruições seriam mínimas, conforme indicam os círculos mais pequenos na gravura.

apenas atingirá alvos militares. Todavia esta "apreção" pela pontaria da bomba significa outra coisa bem diferente - a intenção dos EUA em desencadear guerras locais limitadas, guerras, relâmpago que deixam o adversário ante a alternativa de renunciar ao terreno perdido...

Os estrategas do Pentágono realçam com particular ênfase a boa pontaria da bomba de neutrões

uma arma que mata seres humanos em massa? Só um cinico ou pervertido mental pode considerar como "limpo" infligir uma morte dolorosa, quer seja de maneira rápida ou lenta.

Os estragos do Pentágono realçam com particular ênfase a boa pontaria da bomba de neutrões

duma má-fé repugnante porque é exactamente esta nova arma, caso se venha a produzir, que porá o Mundo à beira da catástrofe.

Não é possível aprofundar o desanuviamento sem se alcançarem progressos no campo do desarmamento. É uma verdade incontroversa. Mas a bomba de neutrões põe em perigo qualquer novo



É possível defender a paz. Um mundo sem a ameaça da guerra está ao nosso alcance.

Homens, mulheres e jovens unidos em torno da paz podem dar as mãos na via dum mundo novo contra o armazenamento de armas de genocídio nas mãos dos imperialistas que estimulam e encorajam as forças da agressão...

Digamos não à bomba de neutrões! Em nome da vida, ouçamos o apelo do Conselho Mundial da Paz! Assinemos o Novo Apelo de Estocolmo!

«ANO PROPEDÊUTICO»: A perspectiva de um ensino antipedagógico e selectivo

A orientação antidemocrática e antipedagógica do MEIC de Cardia, evidenciada, nomeadamente, através da sua aposta no «chumbo» massivo nos exames de aptidão (58 por cento de reprovações) e na exclusão de frequência da Universidade pelo «numerus clausus»...

Com o objectivo de retirar ao exame de aptidão e ao «numerus clausus» a odiosa imagem do «chumbo» massivo, o MEIC tomou recentemente uma série de medidas para o Ensino Secundário em particular a que torna obrigatório o exame aos alunos que este ano se inscreveram no curso complementar - que vieram reforçar a selecção arbitrária em torno daquele curso...

A par destas medidas, surgiu o «ano propedêutico» para, segundo foi propagandeado pelos responsáveis do MEIC, dar ao aluno uma «formação adequada», necessária ao seu «ingresso» no Ensino Superior.

Mas o que é, na verdade, o «ano propedêutico»? Quais são os seus objectivos? Quem são os mais atingidos por esta (infeliz) iniciativa do MEIC de Cardia?

O «ano propedêutico» consta de um conjunto de

cinco disciplinas, sendo as duas nucleares correspondentes ao curso a que o aluno se destina, a disciplina de Português, uma língua viva à escolha entre Inglês, Francês e Alemão e uma de opção. As aulas têm a duração de 20 minutos (!) e são transmitidas de segunda a sexta-feira, durante a manhã, pela RTP. Os alunos prestarão duas provas durante o ano, e as inscrições, que até se realizaram após o início das «aulas»... foram a utênticas demonstrações de incompetência por parte dos organismos directivos do ex-Serviço Cívico.

O «ano propedêutico» é o resultado de uma perspectiva de ensino profundamente antipedagógica e selectiva: paralisa a actividade escolar do jovem, contribui para alargar o fosso entre estudantes e professores (com todas as consequências inerentes), aniquila a discussão e a experiência. Os responsáveis do MEIC «esqueceram-se», por exemplo, que nem todas as bibliotecas estão devidamente apetrechadas para responder às necessidades dos estudantes; que nem todos os jovens (especialmente os das regiões do interior) têm um televisor ao seu dispor; etc, etc. Quanto à pretensão de constituir um meio introdutório aos estudos universitários, muitas dúvidas se levantam. Será que os

programas das disciplinas do ano propedêutico trazem algo de novo aos estudantes? Não serão apenas uma síntese (por vezes mal elaborada) das matérias dadas no curso complementar dos liceus?

E foi, na verdade, no contexto de selecção que o MEIC engendrou o «ano propedêutico». A selectividade começa logo na desigualdade de acesso à televisão e nos diferentes ambientes de estudo; passa pela proliferação, altamente especulativa, do comércio de ensino particular, factor de promoção da selecção económica; e vai até à sujeição a um exame final, para o qual poucos serão os estudantes devidamente preparados.

Esta selectividade agravada para os trabalhadores-estudantes, cujas aulas ainda não começaram mas que se anuncia serem transmitidas à noite, pelo segundo canal da TV, que abrange menos de um terço do País (!)

Os objectivos do «ano propedêutico» são, ao fim e ao cabo, os objectivos que nortearam a acção do sr. Cardia em relação ao Ensino Superior: a asfixia do ensino, contrária aos interesses do país, que necessita de milhares de quadros técnicos; o reforço da natureza elitista da Universidade; e o aumento do desemprego (e das suas nefastas consequências) entre a população juvenil.

Em diversas escolas do país

IMPORTANTES VITÓRIAS DE LISTAS UNITÁRIAS

Enquanto bandos de meninos neonazis, ostentando orgulhosamente a cruz gamada ou os emblemas da JC e da JSD, continuam em vários liceus, especialmente no Norte, as suas manobras provocatórias (espancamentos, ameaças, distribuição de propaganda fascista, etc.) têm-se registado importantes vitórias de listas unitárias para as direcções associativas e Conselhos Directivos de diversos estabelecimentos escolares do país.

Assim aconteceu, por exemplo, no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL), onde as eleições para os corpos gerentes da Associação de Estudantes e aprovação dos novos estatutos deram a vitória à lista unitária (C), constituída por estudantes comunistas e socialistas. O programa da

direcção eleita pronuncia-se contra a hipótese de "reconversão" anunciada no Decreto-Lei 427-B/77 e afirma-se "pela unidade em defesa da democracia" e pela defesa da escola enquanto Instituto Superior. A unidade levada à prática no ISEL pelos estudantes comunistas e socialistas aniquilou os (encapotados) objectivos reaccionários da lista A (JSD-JC e "independentes de direita", que alcançaram 441 votos, e os objectivos esquerdistas da lista B (MES-UDP), com 172 votos. Registe-se ainda os 75 votos da lista D. As votações para os novos estatutos revelaram, mais ou menos, a mesma relação.

Na Escola Preparatória Alfredo da Silva, no Barreiro, as posições unitárias voltaram a triunfar. Nas eleições para a Associação, a lista unitária (B) obteve 646 votos, contra

445 da lista C, constituída por elementos da UDP.

Também no Liceu Nacional de Almada, se registou a vitória da lista unitária (A) nas eleições para a direcção da Associação de Estudantes, com 849 votos.

A unidade entre socialistas e comunistas permitiu também no Liceu Passos Manuel, em Lisboa, uma importante vitória das posições democráticas e unitárias, nas eleições para o Conselho Directivo e de Gestão. A lista vencedora alcançou 54 por cento dos votos, derrotando a outra lista concorrente: uma coligação entre meninos da JSD, JC e de outro grupelho tanto ou ainda mais provocatório e insignificante: a "UEC-ML".

A lista única, unitária, candidata à direcção da Associação dos Estudantes do Magistério Primário de Santarém foi eleita por 80 dos 135 votos entrados nas urnas.

Exposição-Venda de Natal

NO CENTRO DE TRABALHO VITÓRIA

Av. da Liberdade — Lisboa das 15 às 22.30 h.

SEMANA INTERNACIONAL

ITÁLIA: UM GOVERNO SEM FUTURO COM A MULETA DO FMI

O governo minoritário italiano treme na corda bamba que lhe estendeu o FMI. O orçamento para 1978, apresentado por Giulio Andreotti, actual primeiro-ministro, está a sofrer a oposição dos diversos partidos políticos e dos sindicatos italianos.

O Partido Comunista Italiano (PCI), o Partido Socialista Italiano (PSI) e o Partido Republicano (PRI), pronunciaram-se pela necessidade de formação de um novo governo, um governo de emergência, que alargaria substancialmente a sua base de apoio, promoveria medidas destinadas a recuperar a economia do país, correspondendo também às necessidades sociais dos trabalhadores, contando assim com o seu apoio, que é naturalmente indispensável. Tal governo teria que incluir necessariamente os comunistas, como é reconhecido e afirmado pelos diversos partidos da oposição empenhados na sua formação. O PRI manifesta mesmo a opinião de que, se a crise económica não é solúvel sem os trabalhadores, só com a representação destes a nível dos órgãos de poder se pode contar com a sua participação efectiva dos problemas do país.

Por outro lado, os sindicatos italianos prosseguem na sua luta contra a política do governo. A Federação das Centrais Sindicais convocou uma greve de uma hora para dia 20, enquanto a CGIL (Confederação Geral Italiana do Trabalho) anuncia para o próximo mês uma greve de oito horas. Estas lutas seguem-se a outras, de que se destaca a gigantesca manifestação de metalúrgicos em Roma. São batalhas da classe operária, não só pela melhoria imediata das suas condições de vida, mas também com objectivos políticos e económicos gerais muito vinculados, em particular contra o orçamento proposto, contra a estagnação no desenvolvimento económico que esse orçamento preconiza, na linha das exigências do Fundo Monetário Internacional.

As imposições do FMI na Itália passam pela redução drástica dos gastos com a assistência social, o que implica o cerceamento dos direitos e regalias das massas trabalhadoras, os aumentos dos impostos e preços de numerosos serviços públicos, nomeadamente dos transportes, a redução ao mínimo do crescimento industrial. Não são imposições novas, quase diríamos que são imposições corriqueiras, dentro da óptica do imperialismo que, naturalmente, também não é alheio à resistência dos democratas-cristãos em aceitarem o PCI no governo. Basta recordarmos a insistência com que na NATO, e também na CEE, se insinua ou afirma peremptoriamente que não é admissível a presença de comunistas nos governos dos países que hoje ainda pertencem à Europa capitalista; basta relembrar o cinico despor com que Strauss, aproveitando a viagem do Presidente da República de Portugal à RFA, divagou sobre a necessidade de restringir as liberdades sindicais, abrir as portas à livre exportação de lucros, e até fechar o governo aos comunistas portugueses; ou ainda as exigências do FMI a Portugal, em tudo semelhantes às feitas em Itália, como noutros países e regiões do mundo.

Neste momento, o imperialismo está a sentir dificuldades na Europa — dificuldades que são reais — e esforça-se por, dentro do possível, manter, recuperar, ou simplesmente aguentar durante mais algum tempo as suas posições.

Em Itália, estas posições — que se basam no PDC — não são invejáveis. O governo democrata-cristão de Andreotti que, juntamente com os liberais, conta com 77 lugares no Parlamento (em contraste com os 110 ocupados pelo PCI, PSI e PRI), encontra-se no poder há 17 meses em virtude da abstenção, nas questões essenciais, por parte dos comunistas, dos socialistas e de outros grupos menores, que então negociaram uma plataforma considerada por esses partidos como a melhor solução do momento. Hoje, o PCI, o PSI e o PRI pensam que a fórmula minoritária se esgotou, o que significa que, no plano político, o governo arrisca-se a deixar de poder contar com as abstenções dos comunistas, socialistas, social-democratas e republicanos, o que representará a sua queda, ainda que ela possa ser arrastada por mais algum tempo, na base da experiência política da direita italiana.

Por outro lado, a luta das massas trabalhadoras, nas ruas e nas empresas, constitui um elemento poderoso a exigir uma mudança de governo, uma mudança de política. Enquanto as forças democráticas se batem por uma saída positiva da crise, que signifique uma viragem na vida política italiana, os agrupamentos fascistas, objectivamente ajudados por grupos "esquerdistas", tentam impor o terrorismo como uma rotina, no intuito evidente de negar a possibilidade de uma saída democrática. Terrorismo que teve um dos seus auge no período eleitoral, quando se tratava de evitar a todo o preço um governo com forças de esquerda.

Há 17 meses, contra o voto expresso do povo italiano, e de acordo com as exigências do imperialismo, que não só se pronunciou declaradamente contra a presença de comunistas no governo italiano como inclusive recorreu à criação de uma associação destinada a convencer o eleitorado italiano a não votar nos candidatos do PCI — a "Aliança Civil para a Liberdade no Mediterrâneo" — foi criado um governo minoritário de direita. Um governo com uma política de direita, que encontrou sempre sérios obstáculos para aplicar, tendo impossibilitado, simultaneamente, quaisquer medidas de acordo com os interesses dos trabalhadores. Uma situação sem futuro que a direita, indiferente a esses problemas, se esforça por arrastar.

REUNIÃO DE NATAL NO EGITO NÃO TRAZ PROMESSAS DE PAZ

No dia de Natal deste ano, Sadat, presidente do Egipto, e Begin, primeiro-ministro israelita, vão-se encontrar no Egipto, provavelmente em Ismailia, no Canal do Suez. Como já vai sendo habitual, a imprensa burguesa classifica de antemão o encontro de "histórico", como já o tinha feito em relação à ida de Sadat a Jerusalém e à conferência do Cairo. Mas a "história" que se

semi-autónoma na margem ocidental do Jordão, onde vive uma parte da população palestina, com a presença militar de Israel e ainda o direito de os israelitas poderem prosseguir com o estabelecimento de colonatos nessa zona. Por outro lado, Jerusalém continuaria integrada em Jerusalém. As "contrapartidas" seriam: algumas concessões

— o plano de Brezezinski, que aponta exactamente para a atribuição do estatuto de região autónoma à margem ocidental do Jordão, a existência de fronteiras abertas e a ocupação militar israelita. Considerar isto um plano de paz é uma ironia. O esforço de neutralizar os palestinos como elemento revolucionário na zona e de lhes roubar o direito a uma pátria é evidente.

A reunião do Cairo, tal como o plano de "paz" proposto por Begin, têm sido unanimemente rejeitados pelos povos árabes, pelas forças progressistas mundiais, pela OLP. O chefe da Agência Unificada de Informação da OLP declarou, a propósito da proposta de Begin: "é inaceitável por se basar em princípios sionistas e tende à rejeição do direito do povo da Palestina de constituir o seu próprio Estado sob a liderança da OLP". No momento da abertura da conferência do Cairo, os palestinos fizeram manifestações silenciosas em campos de refugiados por todo o Líbano; também em Beirute e noutras cidades do sul do Líbano, uma greve parcial fez encerrar lojas, escolas e empresas. Em Damasco, milhares de pessoas participaram em manifestações contra as iniciativas divisionistas de Sadat.

Em comentário recente à situação no Médio-Oriente, o "Pravda", órgão do Partido Comunista Soviético, afirma: "Os delegados israelitas à conferência de paz do Cairo sobre o Médio-Oriente demonstraram já que o seu país não tenciona devolver os territórios árabes ocupados, nem reconhecer os direitos nacionais palestinos". A delegação israelita chegou à capital egípcia "na intenção óbvia de ditar as suas condições". No Natal, em Ismailia, Begin ditará também as suas condições a Sadat. Dificilmente aceitáveis, mas também dificilmente recusáveis por quem assim se arregimentou na barca do imperialismo.

Nos bastidores das conferências e dos encontros

oficiais, a coberto das intenções de "paz", das falsas boas-vontades, o imperialismo manobra para minar ainda mais a unidade árabe, para afastar a OLP, substituindo-a por um qualquer punhado de palestinos submissos à sua vontade, para retirar Genebra do horizonte das probabilidades. Manobra e exprime de forma cada vez mais clara os seus apoios.

O presidente Carter apoia Israel na sua recusa em negociar com a OLP e afirma que esta se afastou "de qualquer perspectiva imediata de participar em discussões pacíficas". O Parlamento Europeu, tal como a CEE, lança apelos e saúda a "iniciativa histórica" em curso. Begin angaria apoios em Londres e contacta com um representante de Giscard d'Estaing. O vice-presidente do Egipto vai a Paris contactar com o presidente francês e afirma que o seu governo veria "com agrado" qualquer iniciativa francesa para levar a Síria e outros Estados árabes a irem ao Cairo, mesmo que numa segunda reunião.

A pressão sobre a Síria, as manobras, os contactos, para a obtenção de uma falsa unidade árabe em torno dos interesses do imperialismo, saltam à vista. Emissários do rei Hassan, de Marrocos, que manifestou o seu apoio a Sadat, deslocaram-se a vários Estados árabes. Joga-se também na Arábia Saudita, cujo peso económico não é de menosprezar. Multiplicam-se os esforços para o isolamento e afastamento da OLP.

Reforçar as posições do imperialismo no Médio-Oriente, recusar aos palestinos o direito a um Estado, que seria um obstáculo à política do imperialismo, reforçar a posição de Israel e da direita árabe, meter uma cunha entre os povos árabes — estes os objectivos das iniciativas "históricas" em curso. As únicas. Porque a paz não passa pelo caminho encetado pelo Cairo. Antes fica mais afastada. E difícil.



está a fazer no Cairo, como em Telavive e Washington, não constitui o passo para a paz que se diz ser o seu objectivo. Os passos que se estão a dar — ou a tentar dar — são passos conducentes ao reforço das posições do imperialismo no Médio-Oriente.

Que leva Begin para o seu Natal de Ismailia? — um projecto de "paz", já amplamente repudiado e denunciado pelas forças progressistas, em particular pela OLP, e abertamente apoiado por Washington. O projecto de "paz" de Begin inclui a proposta de uma zona

territoriais na península do Sinai, uma espécie de autonomia religiosa em Jerusalém, a cinica promessa da abertura da possibilidade de os árabes se instalarem em qualquer parte de Israel, quando a realidade actual é a expulsão dos árabes das suas casas e das suas terras em Israel, a sua utilização como força de trabalho barata e para os trabalhos mais pesados, como é típico da política colonialista e racista.

O plano de Begin não é uma novidade. São flagrantes as semelhanças com um outro plano — esse não israelita, mas norte-americano

Reuniões do Soviete Supremo da URSS

OS FACTOS E AS ANÁLISES «OBJECTIVAS»

É prática corrente da imprensa de direita e da imprensa estatal o ataque sistemático aos países socialistas, quer falseando notícias, quer deturpando o seu significado, quer ainda dando cobertura às declarações de meia dúzia de dissidentes, declarações onde abundam os adjectivos e escasseiam os factos.

As recentes reuniões do Soviete Supremo da URSS foram um dos muitos pretextos para tentar deformar a realidade socialista.

Do que se debatem nas reuniões do Soviete Supremo, da actual situação social e económica da URSS, o que é que foi assinalado e destacado na imprensa burguesa, envolvendo juízos de valor que nada têm a ver com a realidade objectiva? — O nível das despesas militares, que se mantém estável enquanto aumenta nos países da NATO e particularmente nos Estados Unidos; a evolução da produção industrial, nomeadamente na indústria pesada, que no mundo capitalista sofre um processo de estagnação e de regressão; a sempre reavivada questão agrícola, e até a escassez de mão-de-obra que, em face ao desemprego crónico na sociedade capitalista, é um facto que deixa bem claro o carácter antagónico das duas sociedades.

A DEFORMAÇÃO DOS FACTOS

Da pretensa análise feita pelos propagandistas burgueses ressalta uma clara e premeditada viciação de métodos. Os números — alguns números — são apresentados e avaliados sem que seja feita qualquer comparação com os planos anteriormente estabelecidos e, ainda menos, com os números correspondentes no sistema capitalista.

Fala-se do aumento do crescimento industrial, que se diz modesto — de 5,8 por cento —, ocultando-se que tal aumento ultrapassou o previsto, que era de 5,6 por cento, ocultando-se que o crescimento económico real no mundo capitalista (que é acompanhado de novos aumentos de preços) não ultrapassará os 4 por cento no próximo ano, sendo de 2 a 3 por cento e de 2 a 4 por cento na Itália e na Inglaterra, respectivamente; por outro lado, a taxa de crescimento anual do produto nacional bruto não atinge os 3,4 por cento nos países capitalistas, enquanto atinge hoje os 8,6 por cento nos Estados socialistas (isto de acordo com os números fornecidos pelo departamento japonês do Plano, naturalmente muito pouco empenhado em realçar os sucessos registados pela sociedade socialista).

Fala-se dos aumentos mais reduzidos na indústria pesada, escamoteando que o novo plano quinquenal dá particular relevo à indústria ligeira, dentro de uma política de melhoramento das

condições de vida do povo soviético. Referem-se as próprias críticas feitas a este ou aquele sector, neste ou naquele domínio, nas reuniões do Soviete Supremo, como se se tratasse de lutas do sistema e não de problemas que são encarados, discutidos e resolvidos.

OS FRUTOS DO SOCIALISMO NO CAMPO

No que respeita ao sector agrícola, a manipulação dos números e das realidades atinge o absurdo. Todos sabemos, pela experiência de Portugal, pela experiência da Reforma Agrária, como essa manipulação pode ser feita com o mais total cinismo. É naturalmente mais fácil fazê-la quando as realidades estão mais longe e se torna, portanto, mais difícil qualquer verificação. É o que se passa com a União Soviética, praticamente todos os anos.

A agricultura na União Soviética não tem os caminhos facilitados: o potencial da sua zona agrícola é duas vezes mais baixo que nos Estados Unidos e na Europa capitalista. A URSS obtém dois terços do trigo na zona de agricultura instável, enquanto que nos Estados Unidos, por exemplo, somente um por cento das culturas se encontram numa zona idêntica. Aliás, isto é reconhecido mesmo no mundo capitalista. Point Junior, do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, por exemplo, na sua análise do desenvolvimento económico da União Soviética em 1971-75, referiu que "a Rússia registou, nestes últimos anos, certo progresso na produção agrícola" e que "os Estados Unidos levam vantagem indiscutível sobre a Rússia, pois as suas terras estão situadas em condições climáticas favoráveis". Como se pode ver, nos relatórios fala-se uma linguagem que a propaganda tem o cuidado de deixar na sombra.

Apesar destes factos e contrariamente às apreciações da imprensa burguesa, o ano de 1976 foi considerado, na URSS, relativamente favorável. Não porque as condições climáticas tenham sido boas — não o foram, salvo no Cáucaso do Norte e na zona de terras negras da parte europeia do país — mas porque se têm aumentado, de ano para ano, os investimentos na construção de sistemas de irrigação, porque a produção de adubos minerais na URSS ocupou nestes últimos anos o primeiro lugar no mundo, porque entre Janeiro e Setembro a produção de tractores e de ceifeiras-debulhadoras ultrapassou a prevista no plano, porque a política de intensificação da produção agrícola é apoiada por importantes investimentos estatais.

OS NÚMEROS DE QUE NÃO SE FALA

A par da deformação dos factos, há a cuidadosa ocultação de outros. No domínio social, isso é gritante. Os "peritos ocidentais" falam, por exemplo, da escassez de mão-de-obra (estariamos quase tentados a dizer: têm o desprante de falar nisso). É verdade, a escassez de mão-de-obra é uma realidade nos países socialistas, e uma realidade que só nos países socialistas é possível. Naturalmente que se desenvolvem esforços para resolver esse problema, por novos aumentos de produtividade, por uma crescente mecanização, pela formação de mais trabalhadores especializados nos sectores em que essa escassez se verifica, e até por um incentivo ao aumento populacional. Mas o problema em si — contraposto ao flagelo do desemprego que grassa por todo o mundo capitalista — é significativo, porque só possível numa sociedade em ampla expansão, numa sociedade em que o homem é o centro e o objectivo de toda uma actividade que se diversifica e multiplica.

Por outro lado, há aquilo de que não se fala, aquilo que se tenta ocultar com a cortina-de-fumo da "ausência" das liberdades, os números que nunca são citados e que, exactamente por isso, importa que nós citemos: durante os primeiros nove meses de 1977, o salário médio dos trabalhadores soviéticos aumentou 2,6 por cento, sem que se tenham verificado alterações nos preços; a remuneração do trabalho dos kholhosianos aumentou 4,5 por cento; o volume do comércio interno subiu 4,5 por cento, enquanto os serviços apresentaram um crescimento de 8,2 por cento; o serviço hospitalar foi ampliado, neste período, com 12 600 camas e as novas policlínicas podem atender mais 34 300 doentes; quanto ao ensino, foram inauguradas escolas de ensino geral que podem receber mais 938 mil alunos e estabelecimentos pré-escolares para 157 mil crianças.

Números que não têm comparação possível com os do mundo capitalista, números que é difícil deformar e por isso se ocultam. E que falam de um mundo diferente que é cada vez mais difícil continuar a afirmar que não existe.



Ao contrário do que sucede no mundo capitalista, a mecanização da indústria na URSS e nos outros países socialistas não implica o desemprego

Firmeza do governo cipriota derrota manobra imperialista

O rapto do tenente Achilleas Kyprianou, filho do presidente de Chipre, Spyros Kyprianou, esborrou-se face à firmeza do governo cipriota — os raptadores, membros da organização fascista "Eoka-B", acabaram por entregar o seu refém quando verificaram que o Governo não cederia à chantagem. A única concessão que obtiveram foi a permissão de sair livremente do país, caso o desijassem.

Este rapto, perpetrado por uma organização fascista, é bem elucidativo dos sentimentos que a direita de Chipre nutre pelo governo vincadamente patriótico de Spyros Kyprianou; de facto, a direita do país, acovilhada nos grupos fracionistas das comunidades grega e turca, procura por todos os meios arrastar Chipre para uma convulsão secessionista que lhe retire toda a identidade de país soberano e o transforme em duas microcolónias — uma grega e outra turca — mas o Governo de Kyprianou opõe-se firmemente a isso.

Desde que a Turquia invadiu Chipre, em Julho de 1974, ocupando 4% do território, a independência e unidade do país ficaram gravemente ameaçadas, como aliás convinha (e convém) ao imperialismo, que pretende manter a pequena ilha sob a sua alçada, para o seu aproveitamento estratégico-militar.

Todavia, a recente subida da esquerda nas últimas eleições gregas e, sobretudo, a derrota da direita turca, que perdeu a maioria no Parlamento, serão decerto factores de muito peso na resolução correcta do problema de Chipre e constituirão um reforço notável aos esforços de todas as forças progressistas internacionais, que há muito lutam pelo fim do conflito.

Assembleia Popular de Moçambique entra em funções

Reunir-se-á amanhã e pela primeira vez, por convocação do presidente Samora Machel, a Assembleia Popular de Moçambique, recentemente eleita.

A Assembleia Popular, órgão supremo do Estado moçambicano, deverá efectuar duas sessões ordinárias anuais e as extraordinárias que forem convocadas; no período entre as sessões, as funções da Assembleia serão



Para a juventude moçambicana abre-se hoje um futuro que o colonialismo português lhe negava

assumidas por uma Comissão Permanente a eleger pela própria Assembleia, com presidente designado pelo Presidente da República.

Entretanto Marcelino dos Santos, ministro do Desenvolvimento e Planificação Económica da RPM, afirmando que «nos dirigimos às empresas estatais, apoiamos o sector cooperativo e controlamos o sector privado», anunciou, em Tete, que as empresas privadas consideradas de importância estratégica na economia de Moçambique ficariam sob controlo directo do Conselho de Ministros.

Países da Linha da Frente discutem problema rodesiano

Enquanto na Rodésia Ian Smith vai forjando acordos com os "nacionalistas moderados", em desesperada tentativa para mostrar ao mundo que "os pretos também são ouvidos" nos problemas do país, os dirigentes dos Estados africanos da Linha da Frente reúnem-se para debater da situação criada pelo governo racista rodesiano.

Assim, os presidentes Samora Machel, de Moçambique, Julius Nyerere, da Tanzânia, Agostinho Neto, de Angola, e Kenneth Kaunda, da Zâmbia, reuniram-se recentemente na cidade da Beira, em Moçambique. Participaram também nesta reunião os co-presidentes da Frente Patriótica, Joshua Nkomo e Robert Mugabe.

Esta reunião, que aconteceu na sequência de outras entre os chefes de Estado dos países da Linha da Frente, nomeadamente em Dar-Es-Salam, onde se encontraram Agostinho Neto e Julius Nyerere, e em Lusaca, onde, ainda Agostinho Neto, se avistou com Kenneth Kaunda, é bem demonstrativa da atenção dos referidos países a um problema que, como o da Rodésia, lhes está tão próximo e tão directamente os atinge.

Os racistas da Rodésia têm os seus dias contados e a sua queda não se deu já porque o imperialismo lhes continua a dar o "seu" apoio. Todavia, o povo rodesiano saberá libertar-se por si, sem necessitar das "aberturas" cozinhadas pelos Estados Unidos e seus seqüezes.

Os «piratas do ar» e a moral capitalista

Toda a gente se recorda das medidas drásticas que os países capitalistas têm tomado face aos «piratas do ar» e a todos os chamados «grupos de extremistas». Recordemos apenas, e como exemplos, o já célebre «raid de Entebbe» levado a cabo por «comandos» israelitas, que não hesitaram em invadir um país estrangeiro (Uganda) assassinando indiscriminadamente quem encontraram pelo caminho, e os misteriosos «suicídios» de membros da organização Bader-Maeinhof nas prisões mais seguras da República Federal Alemã. Isto quando os actos de terrorismo urbano ou seqüestros aéreos lhes dizem directamente respeito.

Todavia e recentemente algo de insólito aconteceu: 4 piratas do ar vietnamitas desviaram um avião da «Air Vietnam» para Singapura, matando dois tripulantes e ferindo gravemente um terceiro. O governo vietnamita pediu a extradição dos criminosos, prática vulgar e sempre cumprida entre os países capitalistas quando estes casos acontecem (e neles são muito vulgares, estes casos). Pois o governo de Singapura recusou a extradição e mais: decidiu julgá-los nos seus próprios tribunais.

Claro que este atropelo a convénios internacionais não ia ficar por aqui. Assim e de acordo com a sentença proferida pela justiça (7) de Singapura, os quatro criminosos foram condenados (por junto) a 14 anos de prisão e... algumas vergastadas.

Sem comentários.

ABC do Marxismo-Leninismo

a colecção acessível a todos na linguagem e no preço

ACABA DE SAIR

Série A A SOCIEDADE E O ESTADO Nº 14

A RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA NA ALEMANHA (1933/1939)

edições Avante! preço: 12\$50

LENINE E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Albert Williams

O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético em todo o país.

edições Avante!

Preço: 100\$00

CDL a distribuição

PELAS
CONQUISTAS DE ABRILADERE
AO
PCP

Entrevista com um recrutador

MAIS DE 70
PELA MÃO DE UM SÓ

O camarada António Estrela é membro do Partido desde 1929. Esteve preso em 1934, quando da greve do 18 de Janeiro. Foi deportado para Angra do Heroísmo, onde passou 13 anos. Actualmente este camarada é membro da Comissão Concelhia de Silves. Membro activo, sempre. Um exemplo da sua militância que há longos anos começou e que não veio a esmorecer com os tempos, é o facto de este camarada ter recrutado para as fileiras do Partido, no âmbito da Campanha Promoção Conquistas de Abril, mais de 70 novos membros do PCP.

Com o propósito de divulgar este exemplo, o nosso correspondente no Algarve foi entrevistar o camarada António Estrela.

— Para já, até este momento devem estar entre 76 ou 80 as inscrições — respondeu o camarada Estrela à pergunta do seu entrevistador. Faltam em vários sítios, começando pela cidade de Silves. Nas empresas, nas oficinas e no campo. No campo foi precisamente onde o Partido, que nalguns sítios tinha alguma representatividade mas

noutros não existia representatividade nenhuma, como por exemplo Canhestros, Pedreira, Cumeada, Santo Estevão, Pinheiro Agarrado, Fonte Lazeres, Vale da Vila, Tinhosas, O-de-Louca, Falache e Bastos.

— Foste apenas tu a recolher inscrições no concelho de Silves? Sabes quantas já foram feitas neste concelho?

— Bem, camarada, no concelho de Silves foram muitos os camaradas que se lançaram nessa tarefa. Por acaso eu vou à frente deles. Mas também tenho que dizer com justiça que isso agradeço à colaboração de alguns camaradas. Porque quando fazia uma inscrição, imediatamente junto desse camarada que inscrevia pedia-lhe para que me informasse de alguns possíveis novos candidatos. Assim aconteceu. Era informado, deslocava-me a esse sítio, e contactava com essas pessoas e, umas vezes era obtido, outras vezes não era.

— Quanto a inscrições eu creio que já devem ir por voltas das 220.

— A que atribuis a vinda de tantos novos militantes ao Partido?

— Isso, sobretudo, é bom que não esqueçamos, nesta terra temos muito facilitada a tarefa, pelo grande prestígio que o Partido goza entre as camadas da população. Porque através dos anos, desde a sua formação, a sua política tem sido sistematicamente em defesa dos interesses dos trabalhadores. Isto é, para defesa dos operários, dos camponeses, dos pequenos e médios agricultores, dos trabalhadores da função pública, numa palavra: de todos os que são vítimas

directa ou indirectamente da exploração capitalista. Isto, sim, é que tem sido um dos principais motivos que nos tem facilitado esta tarefa. E quando chegamos ao pé dos novos militantes põmo-nos à vontade, sentimos-nos satisfeitos porque representamos um Partido que tem sido honesto, sempre, na defesa das classes trabalhadoras.

— A promoção tem sido um grande êxito, não apenas no número de novas adesões mas também no plano da organização do Partido. Pensas que assim tem acontecido?

— Com certeza, tem sido um grande êxito, como o foram a Campanha dos 50 mil contos e a grandiosa festa do "Avante!". E isto, repito, foi possível graças ao prestígio que o Partido desfruta nas largas camadas da população.

— E como tens feito para inscrever tantos camaradas?

— Ora, como já disse, tenho-me dado um pouco ao trabalho. Pela informação de camaradas, por outros que me têm levado a certos locais onde eu não tinha possibilidade de ir se eles me não oferecessem transporte. Isto é, graças à colaboração de uns tantos camaradas que me têm acompanhado nestas digressões.

Para finalizar direi apenas que não devemos esquecer que, para que o trabalho seja completo, estes novos camaradas não devem ficar entregues a si próprios. Porém este já é um assunto que diz respeito à nossa organização, que não deixará de ter na devida conta, esclarecendo-os para que venham engrossar as fileiras do nosso Partido como futuros activistas.

65 ADESÕES
NO DOMINGO À TARDE
MAS O RECRUTAMENTO
CONTINUA!

O maior recinto coberto da cidade do Porto revelou-se exíguo para albergar a multidão que desejou participar na inesquecível jornada da tarde domingo. Ali, exprimiram o desejo de aderir ao Partido e às suas organizações juvenis mais 65 pessoas. Estes, dois dos múltiplos exemplos da crescente influência do Partido junto das massas populares do Norte.

Amplia-se, alarga-se e reforça-se a convicção dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, de todos que estão interessados na caminhada para os objectivos definidos na Lei Fundamental da República de que tal só será possível medida em que seja cada vez mais forte o Partido, na medida em que as forças democráticas se unam na acção e para a acção.

Na tarde de domingo, foram mulheres e jovens que decidiram aderir ao PCP. Entre eles, um homem com 84 anos quis dar este importante passo subscrivendo uma ficha na banca instalada no Palácio. Uma enorme onda de aplausos, entrecortada com «assim se vê a força do PCI» saudou efusivamente esta opção, mal ela foi anunciada através da instalação sonora.

Faltavam nove dias para concluir a «Promoção das Conquistas de Abril», cuja meta foi completamente pulverizada. Estamos certos que, até aos últimos segundos de 77, militantes e as organizações do Partido tudo farão para tazer novos camaradas para o PCP, interessados em contribuir para o reforço na luta contra a reacção, pela defesa dos interesses dos trabalhadores, pela defesa e consolidação do regime democrático.

Ao trabalho, camaradas. Como disse o secretário-geral do PCP no Porto, a estrela vermelha do PCP é, na constelação das forças políticas portuguesas, a estrela da confiança na liberdade e no futuro.

Estamos certos que mais e mais portugueses começarão a guiar-se por tão preciosa bússola.

INICIATIVAS

Na região da DORL. Sessão de esclarecimento, no Refeitório do Cais da Rocha, dia 22, pelas 18.30, organizada pelos comunistas da CTM.

A célula dos Portuários da AGPL promove no mesmo dia 22, pelas 18.15 horas, uma sessão no Refeitório de Santos.

A célula dos Trabalhadores Despachantes, por seu lado, leva a efeito no dia 22, pelas 19 horas, uma sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho de Alfama.

No dia 23, amanhã, haverá sessão de esclarecimento no Campinho, Reguengos, no Alentejo.

No próximo dia 26, em Paços Negros, Almeirim, prevê-se uma sessão com a participação do camarada Raimundo Cabral, membro do Comité Central.

MAIS
CINCO...

Na passada terça-feira realizou-se uma sessão de esclarecimento no âmbito da Campanha. Como tantas outras que no mesmo dia, pelo país fora, tiveram lugar.

Esta era promovida pela célula da Carris, nas instalações da empresa, teve a participação de mais de 200 pessoas. E contou com a presença do camarada Dias Lourenço, Director do "Avante!".

A certa altura, um trabalhador, conhecido pelas suas ligações com a UDP, entendeu pôr questões. E foi ouvido. Atacou o Partido. Atacou o trabalho da célula. Ali, no meio de tantos comunistas e de tantos simpatizantes. Deu-se ao trabalho de referir, lendo mesmo, artigos de "O Militante", no que apenas conseguiu provar a seriedade política do PCP. Dissertou sobre o sectarismo, querendo chegar à conclusão expressa de que a meta proposta pela célula — de aderirem durante a Campanha mais 135 comunistas — tinha apenas, entretanto conseguido a adesão de 125 novos militantes.

Não obstante a meta estar perto de ser atingida na célula da Carris, os trabalhadores presentes sentiram a necessidade de responder. De imediato se levantaram alguns. Um deu o seu nome. E logo outro. E mais outro. Numa expressiva resposta, vieram às fileiras do PCP mais trabalhadores, dispostos a defender as Conquistas de Abril. Não apenas com palavras, mas com a sua luta de todos os dias. Mais quantos? O certo é que se concluiu que a meta estava quase ultrapassada. Numa expressiva resposta.

O Natal
dos
Comunistas

Será este Natal um bom Natal? Será que as tradições do nosso povo vão encontrar nesta quadra a calorosa festa em que as crianças são mais acarinhadas, em que as famílias, os amigos, os camaradas de trabalho, fraternalmente celebram a solidariedade?

Vivemos um momento de crise. Crise política que não é apenas conjuntural mas que é a crise de uma política que tem avolumado dia-a-dia as preocupações dos trabalhadores enquanto vai cedendo às exigências dos que manobram para que o país volte ao pasado de opressão e miséria.

É um Natal em que os trabalhadores, os portugueses democratas se interrogam sobre o futuro. Em que cada vez mais trabalhadores se aproximam do Partido que os defende. Porque confiam no Partido do Futuro.

Os comunistas, e isto é cada vez mais claro para todos embora as calúnias continuem a chover, não enjeitam as tradições do povo a que pertencem, no que elas têm de positivo. E se mais razões não houvesse, porque são filhos do nosso povo, homens e mulheres que se colocam na vanguarda de uma luta que sairá vitoriosa e que trará uma vida melhor e mais justa para os portugueses. Os comunistas, festejam, pois o Natal. Uma quadra que traz consigo a calorosa mensagem da esperança e da fraternidade. Esperança, que é a razão da luta de todos os dias, fraternidade, que une todos os que por mais difíceis que sejam as condições em que vivem, não abandonam o rumo certo que lhes dá força para avançar.

Será um bom Natal? Sabemos que isso também depende de nós. De qualquer modo festejamo-lo. E, por iniciativa de muitas organizações do Partido, os comunistas reúnem-se em festas com os seus amigos. Organizam festas para as crianças, demonstram na sua alegria a confiança no futuro. Será um bom Natal.

Entre as muitas realizações que o Natal suscitou em organizações do Partido, como a que teve lugar no passado dia 18 no Montijo e que contou com a presença de mais de 1000 adultos e de 500 crianças e com a participação de vários grupos musicais e artistas do Canto Livre, dedicada a todas as crianças, anunciamos algumas para os próximos dias:

No dia 22 — um espectáculo de Canto e Poesia, com Carlos do Carmo e Rogério Paulo, nos Penicheiros, Barreiro, pelas 21.30.

No dia 23, em Setúbal. Pelas 21.30, festa dos Pioneiros, no Centro de Trabalho daquela cidade.

No dia 24, no Barreiro, pelas 15 horas, festa dos Pioneiros na colectividade «Os Ferroviários».

Ainda no dia 24 de Dezembro, em Grândola. O programa começa às 10 horas da manhã com provas desportivas para crianças até aos 10 anos. À tarde abrirá uma exposição de desenho, pelas 14 horas

e um concurso para crianças até aos 10 anos. As 17 horas, lanche para crianças, seguido de canções infantis e a projecção de um filme. À noite há teatro infantil, com o grupo local. Todo este programa se desenrola no Centro de Trabalho de Canal Caveira, Grândola.

No dia 25 de Dezembro, realiza-se uma festa no Centro de Trabalho de Faro e outra em Vila Real de Santo António, promovidas pelos Pioneiros das respectivas organizações do Partido.

Fim do Ano
com o PCP

O ano de 1977 aproxima-se do fim. Pretexo para balanços de muita e variada espécie, sobretudo para o balanço político do trabalho realizado, para a contagem dos resultados que o esforço quotidiano proporcionou, o fim do ano também é pretexto de confraternização e de festa.

Onde vamos passar o fim do ano, interrogação que quer dizer muito. Não é, com efeito, problema fácil de resolver, isto de passar o ano fora de casa, com o preço a que a vida está. Mas, pondo de parte este problema — se é que ele se pode por de parte para os trabalhadores portugueses — o local onde se passa o fim do ano, com quem se festejam esses momentos em que se saúdam os novos 365 dias a viver e a moldar segundo as aspirações por que lutamos, é sempre interrogação que fazemos com alegre expectativa.

Confraternizar, encontrar os amigos, dar um pé de dança, provar o petisco da quadra, aplaudir a entrada do novo ano, ouvir os artistas que nos habituaram com a sua companhia durante as jornadas de luta do ano que finda, eis o programa completo de qualquer camarada, por certo.

Daqui sugerimos aos camaradas e amigos que se informem junto das suas organizações. Sabemos que, um pouco por todo o país, como já é de tradição, os comunistas se juntam, trazem mais amigos, fazem uma festa.

Entretanto recebemos notícias de como vai ser em algumas partes do país.

E começemos por cima, quer dizer, começemos pela Serra da Estrela: Organizado pela Comissão Concelhia da Covilhã do PCP, pela UJC e pela UEC, vai haver festa de fim de ano na FAEC — Covilhã. Actuará o conjunto Spartakus e Loser. E também uma banda musical. Haverá serviço de ceias e bar.

Em Setúbal, por outro lado, a comemoração do fim do ano coincide com o encerramento da Campanha Promoção das Conquistas de Abril. Terá lugar no Clube Naval Setubalense. A grande festa que se prepara é promovida pela Comissão Concelhia de Setúbal, e a marcação de mesas pode ser feita no Centro de Trabalho do Partido.

Um convívio, a partir das

21 horas, terá lugar no último dia do ano em Grândola, organizado pela Comissão Concelhia do PCP. Desta feita será na sede do Clube Desportivo e Artístico Grandolense. Haverá música para dançar e outras surpresas. Aqui deve-se levar o farnel. E não faltar!

Organizado pelo Comité Local de Lisboa, pelo Sector Público, Sector dos Transportes, Sector Intelectual, Organização da Amadora e Secção de Informação e Propaganda da DORL, realiza-se no Pavilhão do Académico da Amadora -Reboleira uma Grande Festa de Fim do Ano.

No dia 31, a partir das 21.30, abrir-se-ão as portas para uma grande jornada de confraternização e confiança no futuro.

Do programa constam: baile com o conjunto «Dia D'Água», Canto Livre e Teatro.

A Festa, que se prolonga até de madrugada conta com os habituais petiscos e o tradicional caldinho da meia-noite. Os bilhetes são postos à venda nos Centros de Trabalho do PCP de Lisboa e da Amadora.

A partir das 22 horas do próximo dia 31 de Dezembro, todos os que, no Porto, quiserem entrar em 1978 com o PCP não têm outra coisa a fazer senão dirigirem-se ao Pavilhão do Académico, na Rua Costa Cabral, onde um ambiente festivo, de camaradagem e de esperança num ano melhor os espera.

Embora ainda não se possam adiantar muitos pormenores, está já assegurado um espectáculo com diversos artistas, baile animado por dois conjuntos musicais, serviço de bar, parque de estacionamento privativo e algumas surpresas.

A CAMPANHA
EM MARCHA!

Enquanto que, da DORN, as notícias que nos chegam registam uma adesão continuada ao PCP, podendo ler-se hoje como mais 65 novos camaradas se inscreveram no Partido no decurso de uma tarde de Domingo, no Palácio de Cristal, no Porto, das Beiras dizem-nos que as metas que as próprias organizações distritais tinham projectado foram ultrapassadas. Em Coimbra, cuja meta proposta de novos recrutamentos era de 300, tendo os camaradas projectado 400, já se registam mais de 600 novas adesões. E as sessões têm continuado. E novas se encontram programas.

400 NUM CONVÍVIO

No dia 26 do mês passado realizou-se em Alvalade Sado uma sessão de convívio que contou com a colaboração de grupos de teatro e Canto Livre da UJC, danças folclóricas, tendo actuado também o grupo de Pioneiros «A Voz de Catarina», de Alvalade. À festa assistiram 400 pessoas e, no decorrer da mesma, foi sorteada uma máquina fotográfica no valor de 2400 escudos. A máquina, que saiu à camarada Noémia Martins, voltou à posse do Partido por oferta da camarada.

MESMO QUANDO É DIFÍCIL

Na freguesia do Alcaravela, concelho do Sardeal, freguesia difícil em concelho difícil, como sublinham os camaradas, 7 novos militantes se inscreveram. No distrito de Santarém a grande maioria das metas locais duplicaram. Neste distrito, em que se verifica a triplicação das metas de Coruche e de Almeirim, registaram-se já 1409 adesões!

MÉTODOS DEMOCRÁTICOS

Também os bancários comunistas do Sul e Ilhas, através do seu secretariado de célula, apelam à adesão ao Partido:

Torna-te militante do PCP, onde todos os membros têm os mesmos direitos e deveres, onde há respeito pela opinião dos militantes, onde há métodos democráticos de debate e decisão, onde a fraternidade e as soluções solidárias bem como a integridade moral e política são características essenciais.

No Boletim n.º 8 publicado pela Comissão Concelhia do Barreiro, para além de informações variadas sobre a Campanha, podemos tomar conhecimento de duas experiências, através de uma entrevista a duas camaradas recrutadoras. Quais as respostas das mulheres que abordam quando lhes é proposta a inscrição no Partido?

— Umam ficam logo satisfeitas e perguntam se podem trazer ao Partido também as vizinhas.

UM PASSO IMPORTANTE

Na região da DORL. Um grande volume de sessões têm sido levadas a efeito. No concelho de Cascais, que ultrapassou a sua meta em mais de 25 por cento, registou-se na semana passada uma sessão em Sasseiros, Carcavelos, um debate sobre o partido, que contou com a participação de 80 pessoas.

A célula do Totta & Açores, que levou a efeito uma sessão no passado dia 7, publicou um comunicado em que se chama a atenção para o empenhamento dos comunistas em reforçar o Partido anunciando o aproximar da meta fixada. Por seu lado o Organismo dos Trabalhadores Bancários de Lisboa publica também um documento. Onde pode ler-se:

Nos últimos tempos tem sido bem nítido para os trabalhadores bancários aonde levam as alternativas do reformismo oportunista e do esquerdismo inconsequente, assim como a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do Governo.

E mais adiante: Os trabalhadores que, alegando falta de condições, hesitaram em se inscrever como militantes do PCP chegaram à conclusão que a sua quota parte, por pequena que possa parecer, é um passo importante na luta pela defesa da democracia, rumo ao socialismo.

ALENTEJO:
824 EM 20 DIAS!

Por fim, do Alentejo, notícias: no distrito de Beja, os primeiros 20 dias do mês de Dezembro trouxeram ao Partido mais 311 novos camaradas; no mesmo período, Évora registou 339 adesões e Portalegre 174. O que quer dizer que em apenas 20 dias, no Alentejo surgem 824 novos membros do Partido.

Entretanto, em Alcaravissas, Borba, um porta-a-porta original trouxe às nossas fileiras mais 21 camaradas. Cada um que aderiu juntava-se ao grupo e seguia, recrutando mais.

